

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JOYCE ALMEIDA DE SENA CARVALHO

**EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO SUL DE MATO GROSSO: EM FOCO O
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA/MS (1920-1950)**

**CAMPO GRANDE - MS
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JOYCE ALMEIDA DE SENA CARVALHO

**EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO SUL DE MATO GROSSO: EM FOCO O
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA/MS (1920-1950)**

Relatório de Dissertação apresentado ao curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Margarita Victoria Rodríguez.

**CAMPO GRANDE - MS
2019**

CARVALHO, Joyce Almeida de Sena.

Educação Pública Primária no Sul de Mato Grosso: Em Foco o Município de Aquidauana (1920-1950) /Joyce Almeida de Sena Carvalho. – Campo Grande, MS – 2019.

Orientadora: Margarita Victoria Rodríguez.

Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, campus de Campo Grande, Programa de Pós Graduação em Educação.


1. Ensino Primário; 2. Políticas Educacionais; 3. Grupo Escolar Antônio Correa – Aquidauana MS. I. RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. II. Título.

Joyce Almeida de Sena Carvalho


**EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO SUL DE MATO GROSSO: EM FOCO O
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA/MS (1920 – 1950)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
da Faculdade de Educação, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como
requisito final para a obtenção do título de Mestre.

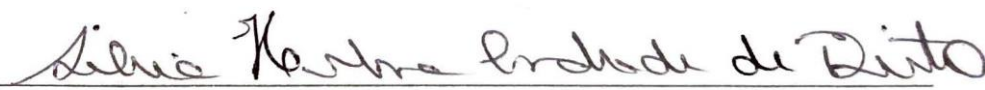
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez - UFMS
Orientadora



Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo – UNISO
Membro Titular



Prof.^ª. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito - UFMS
Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Emir Sader escreveu no prefácio do livro “A Educação para Além do Capital” de István Mészáros que “O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana”. (MÉSZAROS, 2008, p. 15). Hoje retomo a esse pensamento para agradecer as pessoas que fazem da educação um espaço de aprendizagem crítica e ética, que dialogam com as múltiplas dimensões do ser humano, que dividem momentos de alegrias, dificuldades, anseios, que orientam com paciência e atenção, que compartilham seus conhecimentos, que acreditam que a emancipação humana acontece por meio da educação.

A minha querida orientadora professora Dra. Margarita Victória Rodriguez, pela paciência nos momentos mais difíceis e orientação deste trabalho. Aos professores do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que contribuíram para minha aprendizagem, em especial professora Dra. Silvia Helena de Andrade Brito.

Aos colegas da Linha de Pesquisa História, Políticas a Educação, que no momento de solidão da escrita, pude dividir minhas angustias, e construir amizades. Paolla Rollon Rocha, obrigada dividir comigo não apenas momentos de estudos, mais pelo apoio e amizade.

Agradeço também a direção da Escola estadual Felipe Orro, na qual está armazenado parte dos dados utilizados nessa pesquisa sobre o ensino primário e a Escola Modelo Antônio Corrêa de Aquidauana – MS. A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul SED, pela autorização à pesquisa.

Por fim a todos os meus amigos e familiares, em especial minha mãe Maria Dolores Mikui de Almeida e irmãs Danielle Almeida de Sena, Gabriela Isidoro de Almeida e Isabela Isidoro de Almeida, por serem luz na minha vida, por torcerem e apoiarem cada obstáculo enfrentado até aqui.

E ao meu marido Weverson Gonçalves de Carvalho, por seu ombro amigo, paciência e disposição para ajudar.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação está inserida na Linha de Pesquisa História, Política e Educação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, constituindo-se como parte do Projeto de Pesquisa intitulado “Instrução pública: criação e expansão das instituições escolares de ensino primário e a formação de professores no sul de Mato Grosso (1920-1970)”. A pesquisa teve como objetivo compreender o movimento histórico e investigar as múltiplas determinações (sociais, políticas e econômicas) que permearam a criação e a expansão das instituições de ensino primário no Brasil em sua totalidade, para compreender na singularidade o município de Aquidauana/MT, entre os anos de 1920 a 1950. Foram identificadas as questões relacionadas com a educação pública primária oferecida na época e a expansão das instituições escolares no sul de Mato Grosso, bem como a intenção política e social na qual foi consolidada a Escola Primária Estadual Antônio Corrêa, modelo da nossa pesquisa, e, por fim, as políticas públicas para o ensino primário instituídas. Para isso, os procedimentos utilizados foram os seguintes: a) estudo bibliográfico que pudesse contribuir com a análise do tema; b) coleta e sistematização de fontes documentais, como normas legais, regulamentos e decretos, bem como documentos escolares que versam sobre o tema. Os resultados indicam que mesmo que Aquidauana não tenha passado pelo fenômeno econômico dos grandes centros do capital, não pôde ser entendida fora desse movimento, uma vez que a ampliação de suas atividades econômicas foram fundamentais à expansão e consolidação das instituições de ensino primário no município. Nesse sentido, a criação do Grupo Escolar Antônio Corrêa também foi concebida para se adequar às exigências da época, além de levar progresso ao município, como almejavam os dirigentes daquele período.

Palavras-chave: Ensino Primário; Políticas Educacionais; Grupo Escolar Antônio Correa – Aquidauana MS.

ABSTRACT

The present dissertation is inserted in the Research Line, History, Politics and Education of Master's Degree in Education of the Federal University of Mato Grosso do Sul, and is part of the Research Project entitled "Public education: creation and expansion of school institutions of primary education and teacher training in southern Mato Grosso (1920-1970), "the research aimed to understand the historical movement and analyze the multiple determinations (social, political and economic) that permeated the creation and expansion of institutions of primary education in Brazil in its totality to understand the uniqueness of the municipality of Aquidauana /MT between the years 1920 to 1950. It was analysed the issues related to the primary public education offered at the time and the expansion of school institutions in the south of Mato Grosso, as well as to identify the political and social intention in which the Primary Public school Antônio Corrêa, the primary focus of our research, has been consolidated, and finally, the public policies for primary education instituted. For this the procedures used were the following: a) bibliographic study that could contribute with the analysis of the theme; b) collection and systematization of documentary sources, such as legal norms, regulations and decrees on the subject. The results indicate that even though Aquidauana has not undergone the same economic phenomenon as the great center of capital, it can not be understood outside this movement, since the expansion of its economic activities were fundamental for the expansion and consolidation of primary education institutions in the city, the creation of the Educational Group Antônio Corrêa was also granted to adapt the demands of the time and to bring progress to the municipality, as the leaders of that period wanted.

Keywords: Primary Education; Educational Policies; Educational Group Antônio Correa - Aquidauana MS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação.

ANPUH – Associação Nacional de História.

BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações.

BTDC – Banco de Teses e Dissertações da Capes.

CeDHis – Centro de Documentação Histórica

HISTEDBR- Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MT - Mato Grosso.

NOB – Estrada de Ferro Noroeste Brasil

SED – Secretária de Estado de Educação

SMT – Sul de Mato Grosso (porção que viria a construir o atual Estado do Mato Grosso do Sul)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sede do Grupo Escolar Antônio Correia	72
Figura 2 - Uma sala do Grupo Escolar Antônio Correia, 2017	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descritores.....	16
Quadro 2 - Teses/Dissertações encontradas no Banco de Dados da Capes.....	17
Quadro 3 - Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	18
Quadro 4 - Produtos escolhidos no Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISbr)	19
Quadro 5 - Levantamento títulos de livros HISTEDBR	20
Quadro 6 - Presidentes do estado de Mato Grosso na 1ª República.....	41
Quadro 7 - Governadores do estado de Mato Grosso na 2ª República.....	44
Quadro 8 - Número de unidade Escolares em MT (1989-1913)	51
Quadro 9 - Classificação das escolas primárias segundo o regulamento de 1927	55
Quadro 10 - Prefeitos da cidade de Aquidauana na 2ª República	61
Quadro 11 - População Infantil de Mato Grosso 1920.....	65
Quadro 12 - Escola de Aquidauana - MT (1913-1944).....	65
Quadro 13 - Dados sobre abertura de escola com base na Legislação de 1948 a 1955	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sobre a expansão do ensino primário em 1922	27
Tabela 2 - Escolas segundo a localização – Mato Grosso – 1933 a 1942	54
Tabela 3 - Ramos de atividade de Aquidauana – Mato Grosso 1950.....	62
Tabela 4 - Relatório de Mato Grosso 1943.....	76

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	13
2 – CONFIGURAÇÕES DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL (1920-1950)	23
2.2 Brasil: desenvolvimento Ensino Primário Público nacional na Primeira República	23
2.3 Educação primária no Brasil e contexto político social brasileiro: 1930 – 1945 ...	28
2.4 O ensino primário público popular no Brasil de 1946 a 1964	32
3 – O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO PRIMÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO	40
3.1 Mato Grosso em evidência: história, política e sociedade (1920-1950)	40
3.2 Reformas e consolidação do Ensino Primário em Mato Grosso 1920 – 1950	47
3.3 Expansão, modelo e modalidades das Instituições Escolares de Ensino Primário no Sul de Mato Grosso	53
4 - IMPLANTAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM AQUIDAUANA 1920 – 1950	57
4.1 Cidade de Aquidauana sul de Mato Grosso - formação econômica e social	57
4.2 Criação e expansão das Instituições escolares de ensino primário no município de Aquidauana/ MT 1924– 1964	64
4.3 Grupo Escolar Antônio Correa – Aquidauana	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS:	79
ANEXOS	88

1 – INTRODUÇÃO

A presente Dissertação tem como objeto de estudo a criação e expansão das instituições de ensino primário no município de Aquidauana/ MT entre os anos de 1920 a 1950 no contexto da educação pública oferecida na época, tendo como cerne o Grupo Escolar Antônio Corrêa.

Com a finalidade de analisar as questões relacionadas com a educação pública oferecida na época, problematiza-se a intenção política e social em que se consolidou o Grupo Escolar Antônio Corrêa.

Nos estudos sobre a história da educação, se busca captar as condições econômicas e políticas que se materializam em determinado momento histórico, dispendo que o homem constrói e transforma sua realidade, conforme o foi transmitido pelo seu passado.

Compreendemos que a história é fundamental para o entendimento da construção da educação no Brasil, dado que ela faz parte do desenvolvimento humano e da sociedade como um todo. Souza Junior (2010, p. 21) observa que: “[...] o homem é ser social que produz a si em sociedade, transforma a si mesmo e ao mundo num processo que presentifica o caráter educativo das práxis humana”.

Apesar da legislação existente, não havia garantias para o acesso e permanência dos indivíduos, contradição presente, pois os que estava regulamentado nem sempre se cumpria. Pois, a educação no início da República ainda ocupava um plano secundário na política educacional no Brasil, e excepcionalmente era frequentada por filhos das classes trabalhadoras.

A gratuidade para oferta do ensino primário público no Brasil, foi determinada pela primeira vez pela Constituição Imperial de 1824 e se manteve na Lei das Primeiras Letras de 1827. E confirmou-se no início da Primeira República (1889), na qual foi aprovada a regulamentação por meio do decreto de n. 981 em 8 de novembro de 1890, que no artigo 2º determinava que a instrução era primária livre, gratuita e leiga.

Entretanto, em Mato Grosso, apenas com implantação do Regulamento de 1910 houve a obrigatoriedade e gratuidade para o ensino primário para crianças de sete a dez anos.

A referida regulamentação determinava em seu artigo 1º que: “O ensino primário no estado de Mato – Grosso será leigo e administrado à custa dos cofres estaduais, a todos os

indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem” (MATO GROSSO, 1910).

A Constituição de 1934 (no art. 150, inciso a) torna no Brasil, o “ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos”. (BRASIL, 1934). Então pela primeira vez a obrigatoriedade de frequência aparece na legislação. Momento político de centralização político-institucional.

As normas legais que regulamentaram o ensino primário no Brasil, durante o período histórico focado na pesquisa, foram instituídas e multiplicadas nos estados da federação durante os primeiros anos do século XX, como demonstra o presente Relatório.

Portanto, devemos tentar desvelar as múltiplas determinações do objeto a ser estudado na tentativa de captar o real, e como ponto de início a singularidade do objeto em relação com o universal, visto que a educação também é construída por uma base ideológica e pelas relações sociais, assim como nas relações estabelecidas nos setores econômicos e políticos do país.

A educação e sua análise, então, devem ter como ponto de partida sua presença imanente numa totalidade histórica e social. Ela manifesta essa totalidade, ao mesmo tempo que participa na sua produção. Tal manifestação se dá na própria estruturação capitalista dessa totalidade. A educação então não reproduz as relações de classe, mas estas se fazem presentes na educação, articulando-a com a totalidade. (CURY, 2000, p. 14).

Entender a dialética na pesquisa possibilita a leitura da totalidade das relações sociais. Estado, política, educação, além das contradições que permeiam o ensino público no Brasil, são produto de uma necessidade histórica, bem como de luta, uma vez que:

[...] a dialética é contínua, e o surgimento da inteligibilidade de um objeto a partir de sua função na totalidade *determinada* na qual ele funciona fazem com que a concepção dialética da totalidade seja a única a compreender *a realidade como devir social*. (LUKÁCS, 1981, p. 85).

É por meio dessa perspectiva que podemos realizar a leitura da história, posto que para Marx (1985, p, 110) “[...] a história real, a história segundo a ordem temporal, é a sucessão histórica na qual as ideias, as categorias, os princípios se manifestam”. Para tanto se faz necessária a compreensão da historicidade do objeto.

Percebe-se que as relações entre os homens são produto da condição de sua existência nesse processo “[...] a educação se define pela própria condição do homem como

ser social autoprodutor de sua existência”. (SOUZA JUNIOR, 2010, p. 36), porém igualmente guiado por essa estreita relação entre a necessidade humana e a sociedade, dessa forma:

A dialética como processo e movimento de reflexão do próprio real não visa apenas conhecer e interpretar o real, mas por transformá-lo no interior da história da luta de classes. É por isso que a reflexão só adquire sentido quando ela é um momento da práxis social humana. (CURY, 2000, p. 26).

Desse modo, podemos compreender a realidade em movimento como a possibilidade de um conhecimento sintético, seja marcado por relações de dominação ou não. Devemos então buscar elementos que expliquem o todo, o conjunto das relações, pois, segundo Rodriguez (2004, p.18), “O ser humano é uma síntese de “múltiplas determinações”, e mediante a práxis os homens tem acesso tanto às determinações parciais, quanto às suas categoriais mais universais”.

À vista disso, pretende-se evidenciar como se consolidou o ensino primário no país por meio das categorias expostas, e de uma pesquisa que possibilite a compreensão do desenvolvimento de uma sociedade capitalista e permeada por lutas de classe.

Na pesquisa nos deparamos com diferentes etapas e fomos em busca de um olhar multifacetado para a análise desta investigação, de forma a compreender a totalidade dos dados que este trabalho possa possibilitar.

Nesta perspectiva metodológica, será considerada, uma vez que é a partir dela que se pode estudar o objeto para melhor entendê-lo. É a partir da história que compreendemos as reais mudanças ou permanências de fatos que acontecem na sociedade.

Dito isso, este trabalho buscou constatar o movimento histórico no qual foram implementadas as escolas de ensino primário no estado de Mato Grosso. Desta maneira, os procedimentos metodológicos primeiramente se voltaram para a pesquisa bibliográfica e documental.

O cenário de estudo dessa pesquisa foi o ensino primário em Mato Grosso no período de 1924 a 1964, e como objetivo geral, buscou-se compreender o movimento histórico e investigar as múltiplas determinações (sociais, políticas e econômicas) que permearam a criação e expansão das instituições de ensino primário no Brasil em sua totalidade para compreender, na singularidade, o município de Aquidauana/MT, entre os anos de 1924 a 1964. Ressalta-se que será analisada também, a implantação do Grupo Escolar Antônio Corrêa localizada no referido município.

O município de Aquidauana/MT foi fundado em 15 de agosto de 1892, às margens do Rio Moboteteu, atual Rio Aquidauana. A cidade possui vários rios que foram de grande importância para o estado no transporte fluvial. Sua expansão regional se deu principalmente após a chegada dos trilhos da Noroeste do Brasil e sua principal atividade econômica era a agropecuária, maior fonte de economia de Mato Grosso.

Posto isso, com os objetivos específicos da pesquisa buscamos: a) Investigar o contexto histórico do período de 1920 a 1964, para compreender o contexto social e político da época; b) Verificar a implantação e expansão do ensino primário no estado de Mato Grosso do Sul e suas determinações econômicas, políticas e sociais; c) Verificar a implantação e a expansão do ensino primário no município de Aquidauana - MS e aferir o processo de consolidação da escola pública primária Antônio Correa no período de 1924 a 1964, por meio da documentação presente no arquivo escolar.

No primeiro momento da pesquisa, buscamos fazer um balanço da produção relativa a história da educação do estado de Mato Grosso na perspectiva das Instituições Escolares de Ensino Primário durante os anos 1920 a 1964 – momento histórico de grande importância para instrução pública no Brasil, pois foi após a Independência em 1822 que se ampliam as discussões acerca da educação no país. No período mencionado houveram muitas Reformas Educacionais¹. Por isso, em reunião de orientação elencamos duas palavras que nortearam a busca para o balanço de produção, que estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Descritores

“Ensino primário”
“Mato Grosso”

Utilizamos para a pesquisa: Banco de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISbr) e o site do HISTEDBR.

O Banco de Teses e dissertações da Capes obteve 20.646 resultados, utilizamos os dois descritores juntos, para diminuir o número alto de resultados, foi elaborado o seguinte

¹ No Brasil a instrução pública começou a ser pensada desde a Independência (1822), com a promulgação da Lei das Primeiras Letras de 15 de outubro de 1827 que propunha a criação de escolas primárias em todas as cidades e lugares populosos. “E também com o Ato Adicional (1834) na qual a Constituição do Império, desobrigou-se de cuidar das escolas primárias e secundárias transferindo essa incumbência para os governos provinciais”. (SAVIANI, 2013, p. 129).

refinamento: Área de Concentração em Educação e Programa em Educação. O resultado obtido foram 588 produções. Primeiro passo da escolha foi ler o título, assim, selecionamos quatro trabalhos, como mostra o quadro 2.

Quadro 2 - Teses/Dissertações encontradas no Banco de Dados da Capes

Autor/Autora	Tese/Dissertação	Instituição	Programa de Pós-Graduação	Ano
Nileide Souza Dourado	Práticas Educativas Culturais e Escolarização na Capitania de Mato Grosso (1748-1822) Tese	Universidade Federal de Mato Grosso	Programa de Pós-Graduação em Educação	2014
Charlene Correia Figueiredo	Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: Sua História no Processo de Institucionalização do Ensino Primário Público em Corumbá - MT (1908-1930) Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados	Programa de Pós-Graduação em Educação	2013
Silvia Helena Andrade de Brito	Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)	Universidade Estadual de Campinas	Faculdade de Educação.	2001
Luciana Belissimo de Carvalho	Implantação e Consolidação da Escola Normal do Sul de Mato Grosso: Escola Normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975)	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Programa de Pós-Graduação em Educação	2014

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes. Organizado pela autora.

A tese de Dourado (2014) intitulada “Práticas Educativas Culturais e Escolarização na Capitania de Mato Grosso (1748-1822)”, teve como objetivo destacar as várias modalidades do fazer educacional. As categorias utilizadas foram “educar” e “instruir”. Investigou as instituições educativas, as práticas culturais, o papel da igreja católica na educação e o ensino régio.

Na dissertação de Figueiredo (2013) “Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: Sua História no Processo de Institucionalização do Ensino Primário Público em Corumbá - MT (1908-1930)”, o objeto da pesquisa foi o grupo escolar Luiz de Albuquerque, com destaque para a escolarização da infância de Corumbá. Enfatiza o funcionamento do grupo, ações dos sujeitos, ensino e a estrutura do prédio.

A tese de doutorado de Brito (2001) “Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)” tem problemática como se organizou e se desenvolveu a educação pública e privada na fronteira Oeste do Brasil, especialmente na região de Corumbá (município atualmente pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul), no período histórico

1930-1954, apesar da temática não ser a mesma a tese contribui para o entendimento do contexto histórico do estado bem como da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

A dissertação de mestrado de Carvalho (2014) intitulada “Implantação e Consolidação da Escola Normal do Sul de Mato Grosso: Escola Normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975)” teve como objetivo compreender como se deram as iniciativas acerca do processo de implantação e consolidação da Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso, em particular, os móveis determinantes da criação e consolidação da Escola Normal Jango de Castro, na cidade de Aquidauana/MT, no período que se estende de 1949 a 1975. E contribui significativamente com o presente trabalho, para o entendimento das questões histórica econômica, política e educacionais do município de Aquidauana.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizamos os dois descritores (“ensino primário” e “Mato Grosso”) juntos. Os resultados foram 8 trabalhos. Com a leitura dos títulos foram selecionadas duas dissertações, como mostra o quadro 3.

Quadro 3 - Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Autor/Autora	Dissertação	Instituição	Programa de Pós-Graduação	Ano
Juliana da Silva Monteiro	Cultura Escolar: A Institucionalização do Ensino Primário no Sul do Antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974)	Universidade Federal da Grande Dourados	Programa de Pós-Graduação em Educação	2011
Elton Castro Rodrigues dos Santos	Escolas Reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)	Universidade Federal de Mato Grosso	Instituto de Educação	2012

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Organizado pela autora.

A dissertação de Monteiro (2011) intitulada “Cultura Escolar: A Institucionalização do Ensino Primário no Sul do Antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974)”, teve como objetivo analisar o Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em especial a cultura escolar, as práticas e as representações. Os procedimentos metodológicos utilizados foram análise documental e de conteúdo.

A dissertação de Santos (2012) “Escolas Reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)”, analisou o processo de criação e expansão das

escolas reunidas em Mato Grosso e a relevância para o cenário nacional. Para a pesquisa, utilizou-se fontes documentais e entrevistas.

O Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISbr), foram utilizados os dois descritores juntos, que resultou em 29 produtos, sendo que 2 foram escolhidos como mostra o quadro 4.

Quadro 4 - Produtos escolhidos no Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISbr)

Autor	Tipo de Documento	Título do documento	Ano
Silvia Helena Andrade de Brito	Artigo	O Ensino Primário na Fronteira Oeste de Mato Grosso no Pós-Guerra: Corumbá (1945-1954)	2010
Ademilson Batista Paes	Tese	A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)	2011

Fonte: Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISbr). Quadro elaborado pela autora.

O artigo de Brito (2010) com o título “O Ensino Primário na Fronteira Oeste de Mato Grosso no Pós-Guerra: Corumbá (1945-1954)”, abordou sobre a expansão do ensino primário na cidade de Corumbá, por ser uma cidade em que a economia na área urbana era significativa para o estado no período histórico analisado.

A tese de Paes (2011) “A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)”, mostra que a escola primária rural do Mato Grosso vivenciou dois períodos: o primeiro demarcado até 1930, em que foi verdadeiramente isolada e o segundo, no período de Vargas que, por causa da Marcha para o Oeste favoreceu o aumento populacional e o quantitativo desse tipo de escola.

Na seleção de trabalhos que pudessem auxiliar na compreensão do objeto proposto para a pesquisa que é a criação das instituições escolares de ensino primário no município de Aquidauana (1920 a 1964), também buscamos livros que pudessem contribuir com a análise da pesquisa.

Quadro 5 - Levantamento títulos de livros HISTEDBR

Autores	Títulos
José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani (Orgs)	História, Educação e Transformação: Tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil.
Sílvia Helena Andrade de Brito, Carla Villamaina Centeno, Dermeval Saviani e José Claudinei Lombardi (Orgs)	A organização do trabalho didático na história da educação.
Maria I. M. Nascimento, Wilson Sandano, José C. Lombardi e Dermeval Saviani (orgs.).	Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica
Dermeval Saviani	Educação Brasileira: estrutura e sistema.
Gilberto Luiz Alves	O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836
Gilberto Luiz Alves	A Produção da Escola Pública Contemporânea

Fonte: Organizado pela autora com base no Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil.

Na realização da coleta de dados, nota-se a falta de produções acerca do ensino primário no Sul de Mato Grosso. Trabalhos relativos ao ensino primário no período proposto existe, mas são regionais (com maior número região sudeste e sul) e no âmbito nacional.

Após a revisão bibliográfica inicie o contato, via telefone, antes de realizar a visita no município com a Prefeitura Municipal de Aquidauana, Secretária de Educação (gerência de educação), Coordenadoria regional e Fundação de Cultura para obter autorização para o acesso aos arquivos escolares.

Então, foram realizadas cinco viagens para Aquidauana, sendo que na primeira permanecemos um período de 3 dias, dos quais foram visitadas primeiramente a Secretária de Estado de Educação - SED, para entender a dinâmica das escolas do município. Depois se buscou tomar contato com a antiga escola Antônio Corrêa localizada em frente à praça principal da cidade, desativada atualmente. Em seguida a biblioteca municipal e após a Coordenadoria Regional de Educação, que nos encaminhou para escola Estadual Felipe Orro, na qual encontra-se armazenados os documentos da Escola modelo Antônio Corrêa.

Os documentos armazenados são em sua maioria desde os anos 1970 até os anos 2000. Salienta-se que com relação ao recorte temporal do presente estudo, foram encontrados poucos materiais, livros de matrícula, diários de classe, certificados de participação em cursos de antigas professoras e documentos pessoais dispersos.

Na última visita a Aquidauana, após passar pela Câmara dos vereadores, o Centro de escolas recolhidas, conseguimos acesso ao Centro de Documentação Histórica (CeDHis), que atualmente encontra-se fechado para mudança de prédio, conseguimos acesso com auxílio de

professor da UFMS Campus de Aquidauana, mas dado o tempo que poderíamos permanecer ali dentro e número de títulos armazenados, não tivemos avanços na pesquisa.

Observa-se que ocorreram dificuldades na pesquisa para conseguir os documentos necessários para a realização da dissertação, os documentos em sua maioria eram dos anos de 1970 a 2000. Dessa forma, foram encontrados poucos materiais, livros de matrícula, diários de classe, certificados de participação em cursos de antigas professoras e documentos pessoais dispersos. A busca por outras fontes documentais foi bastante dificultosa, realizamos uma viagem a Cuiabá, antiga capital do estado de Mato Grosso para visitar o Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, no qual analisamos caixas de documentos no período pesquisado, muitos dos documentos tratam de decretos e legislações sobre o ensino primário e alguns poucos ofícios que abordam, férias, pagamento, atestado médico de professores e nomeações, porém de forma mais abrangente ou do período estudado ou localidade, todo material coletado foi organizado em quadro para melhor compreensão e análises das fontes.

No município de Campo Grande também foi consultado o Arquivo Histórico (ARCA), com vistas a coletar documentos e jornais locais, mas não encontramos dados referentes à pesquisa.

Por fim buscou-se professores, ex alunos, diretores, entre outras pessoas para conceder entrevistas. Realizamos uma entrevista com uma professora do Grupo Escolar Antônio Correa em 1950, mas como a própria professora disse: - “foi tão distante, fazem tantos anos que a gente até se esquece”, conseguimos levantar poucas informações. A procura por diferentes fontes para análise da pesquisa foi bastante trabalhosa, principalmente nas fontes do início do período republicano, pois os arquivos, não foram bem armazenados e se perderam em salas sujas, armários úmidos e mal acomodados; em Aquidauana até mesmo em enchentes, como aponta os moradores e funcionários dos locais mencionados.

O trabalho está organizado em quatro partes: introdução, o capítulo 1 intitulado Configurações do Ensino Primário no Brasil: A República, no qual buscou-se apresentar os estudos teóricos que subsidiaram a pesquisa e o contexto nacional da história do Ensino primário.

O capítulo 2 denominado “O processo de expansão do ensino primário no Sul de Mato Grosso” no qual analisamos o processo de expansão da escola primária em Mato Grosso e os diferentes tipos de escola do período de 1930 a 1964.

E por fim no Capítulo 3 destinado a pesquisa de forma mais singular e local, com o Grupo escolar Antônio Corrêa de título Consolidação da Escola Pública Primária Antônio

Corrêa 1924 – 1964, no qual foi feito uma análise documental do desenvolvimento da cidade e da educação primária no Sul de Mato Grosso bem como a instalação do Grupo Escolar.

2 – CONFIGURAÇÕES DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL (1920-1950)

Este capítulo tem como objetivo apresentar o ensino primário no Brasil, bem como dialogar com os estudos teóricos que subsidiaram a pesquisa para compreensão da conjuntura da educação no país. Para isso, abordamos questões pertinentes à história do ensino primário no contexto nacional, com base nos aspectos econômicos, políticos e sociais do país, com ênfase na expansão das escolas públicas no período da segunda República ou Era Vargas, (1930-1945).

Embora o objeto de Estudo seja o ensino primário, iremos estudá-lo a partir das relações estabelecidas na sociedade capitalista, na sua totalidade. Isso é necessário para que não compreendamos o fato de modo isolado, mas sim, com base em uma leitura do desenvolvimento histórico e da maneira que a sociedade se constitui, com objetivo de desenvolver uma reflexão sobre a educação escolar do país.

2.2 Brasil: desenvolvimento Ensino Primário Público nacional na Primeira República

No que se refere ao ensino primário, podemos verificar conforme a bibliografia consultada que pouco se investia em formação de instrutores habilitados, salários e garantias de acesso ao ensino público, dessa forma, as legislações não eram seguidas na prática, por causa da falta de recursos. . Como citado pelos autores Palma Filho (2005); Prado Junior (2006); Saviani (2006); Fausto (2015), entre outros pesquisadores.

Os anos de 1900 foram significativos no Brasil, marcados pelo início da República e também pelo fenômeno da urbanização e industrialização do país, mesmo que ainda insipiente.

Mesmo com a alternância de poder a educação no início da República ainda não era considerada uma prioridade como projeto político de nenhum dos governantes, devido a configuração social do país. Neste período a educação tinha a incumbência de formação de força de trabalho para o crescimento econômico do país.

Marçal Ribeiro (1993, p. 22) aponta que:

Em função das mudanças estruturais que ocorriam na sociedade com a instauração de um modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, a educação começa a mudar, em resposta às novas necessidades que surgiam: mão de obra para as funções que se abriam no mercado de trabalho.

Momento histórico marcado pela reestruturação da força de trabalho no Brasil, excepcionalmente para as classes trabalhadoras, um momento de afirmação dos interesses particulares burgueses, em uma economia baseada na agricultura que dispensava uma população melhor instruída, buscava-se uma expansão das relações capitalistas.

Período marcado pelo ideário positivista, proposta que naquele tempo buscava o progresso indicado pela ciência. Para Superti (2003, p. 01):

“[...] os positivistas nacionais encontravam na doutrina de Augusto Comte uma orientação prática para esta análise crítica; qual seja; a reorganização da sociedade sob o trabalho livre, a industrialização e a República, enfim a organização positiva da sociedade”.

No campo da educação um dos responsáveis por propagar ideias positivistas no Brasil e realizar reformas educacionais foi Benjamin Constant², que visou mudanças no desenvolvimento da nação e modernização do país, “mas essas reformas não representavam uma única vontade a respeito da educação, representavam a nascente necessidade de mão-de-obra alfabetizada para trabalhar como funcionários das indústrias”. (ZANELLA, 2013, p. 01).

No Brasil a corrente positivista propagava a ideia de pensamento científico para obtenção de resultados de caráter concreto. Dessa forma, a ideia positivista também foi disseminada no campo da educação em conteúdos e reformas educacionais, uma vez que essas relações existentes também influenciariam as relações trabalhistas, visto que a propagação do conhecimento científico seria um instrumento de cidadania e de transformação dos indivíduos, além de influenciar na formação técnica da sociedade.

No âmbito do ensino primário o Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890 regulamentado por Benjamin Constant, determinava em seu artigo 2^a que: “A instrução primária, livre, gratuita e leiga, será dada no Distrito Federal em escolas públicas. (BRASIL, 1890) e também no artigo 3^o, que apontava no que consistiria o currículo da escola primária:

O ensino das escolas primárias do 1^o gráo, que abrange tres cursos, comprehende: Leitura e escripta; Ensino pratico da língua portugueza; Contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos; Systemametrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria); Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil; Lições de cousas e noções concretas de scienciasphysicas e historia

² Benjamin Constant - No ano de 1889, com a Proclamação da República assumiu, por um período curto, o Ministério da Guerra, e, posteriormente, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criado em 12 de abril de 1890, no qual por meio do Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890, aprovou o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal. Atuou assim, no Governo Provisório republicano liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. (SEKI; MACHADO, 2008, p. 4).

natural; Instrução moral e cívica; Desenho; Elementos de música; Gymnastica e exercícios militares; Trabalhos manuaes (para os meninos); Trabalhos de agulha (para as meninas); Noções praticas de agronomia.

A reforma propunha romper com o ensino humanista³ e oferecer uma educação científica, sem espaço para contestações apenas apreender sobre os fatos que regem a vida em sociedade, com intenção de preparar moralmente os cidadãos brasileiros a fim de manter a ordem e caminhar para o progresso da nação.

Para Romanelli (2012, p. 43):

Se a reforma Benjamin Constant teve o mérito de romper “com a antiga tradição do ensino humanístico”, não teve, porém, o cuidado de pensar a educação a partir de uma realidade dada, pecando, portanto, pela base e sofrendo dos males de que vão padecer quase todas as reformas educacionais que se tentou implementar no Brasil.

A reforma Benjamin Constant nem sequer chegou a ser colocada em prática em sua totalidade, uma vez que a sua execução não teve apoio político das frações dirigentes e políticos da época, que via um perigo na idealização da ideia e formação da juventude.

A independência do país modificou a situação do ensino ofertado para população, pois na monarquia não havia interesse ou necessidade de ter uma população letrada, na primeira República muitas reformas foram realizadas, mas sem êxito substancial para população, o país vivenciou situações de avanços e retrocessos na educação.

Recorda-se que com o Ato Adicional de 1834, ficaram a cargo das Províncias/Estados os cuidados do ensino primário. E essa prática permaneceu na Primeira República. Assim sendo, cada região elaborou sua própria Reforma Educacional. São Paulo, por ser o estado com maiores riquezas, ganhou notoriedade também por parte da educação. No período da Primeira República ocorreram quatro reformas, foram elas: “em 1892 (Lei n. 88, de 8 de setembro), em 1920 (Lei n.1.750, de 8 de dezembro), em 1925 (Lei n. 2.095, de 24 de dezembro) e em 1927 (Lei n. 2.269 de 31 de dezembro)” (SOUZA, 2012, p. 28-29).

A Reforma de 1892 originou os grupos escolares “A implantação dos grupos escolares ratificou o princípio de igualdade na educação entre os sexos, ao estabelecer igual número de classes para meninas e meninos, princípio consignado na obrigatoriedade do ensino instituído na reforma de 1892”. (SOUZA, 2014, p.62). Isso fez com que alguns estados fossem

³ [...] escola que poderíamos chamar de “humanistas” (e que é o tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização. (GRAMSCI, 1998, p. 117).

influenciados por essas reformas a criarem em suas regiões os grupos escolares, como no caso de Mato Grosso⁴.

Os grupos escolares tornaram-se escolas públicas consideradas mais avançadas desde o ponto de vista organizacional e pedagógico, o que significava que eram também as mais caras aos cofres públicos e, por esse motivo, foi pouco difundido na Primeira República; as escolas isoladas que dispunham de uma configuração mais barata aos cofres públicos, tiveram ampla expansão.

Na tabela 1 podemos verificar a expansão dos grupos escolares em comparação com as escolas isoladas. É importante ressaltar que o modelo de escolas isoladas foram a primeira categoria de ensino ofertado no meio rural. Os dados apresentados totalizam em 583 grupos escolares e 10.482 escolas isoladas no ano de 1922.

⁴ Abordaremos sobre isso no próximo capítulo.

Tabela 1 - Dados sobre a expansão do ensino primário em 1922

Estados	Número de Grupos Escolares	Número de Escolas Isoladas
São Paulo	194	1792
Minas Gerais	171	1566
Rio de Janeiro	50	463
Rio Grande do Norte	31	80
Paraná	26	654
Pará	24	347
Amazonas	14	74
Santa Catarina	11	455
Maranhão	10	159
Ceará	10	422
Rio Grande do Sul	09	1981
Bahia	07	607
Paraíba	06	195
Sergipe	05	266
Mato Grosso	04	154
Piauí	03	79
Pernambuco	03	230
Alagoas	02	275
Espirito Santo	02	259
Goiás	01	128
Distrito Federal	Sem informação	402
Totalizações	583	10.482

Fonte: ARAÚJO (2012).

Os dados mostram que em São Paulo, estado que iniciou a difusão e expansão das escolas de ensino primário e grupos escolares, tinham o maior número de escolas, todavia, o número de escolas isoladas também era o segundo maior do país. Rio Grande do Sul era o estado com mais escolas isoladas.

Em Mato Grosso o número de grupos escolares era irrisório em comparação a quantidade de escolas isoladas, muitos podem ser o motivo, podemos destacar como exemplo o baixo custo aos cofres públicos, pois reunião os estudantes de forma multisseriada com um único professor responsável pelo ensino, não havia muito investimento em estrutura e nem material didático. A razão principal, no entanto, era que maior parte da população mato-grossense estava no campo.

Por fim a última reforma do segundo período da República, denominado República Oligárquica foi realizada no governo de Arthur da Silva Bernardes⁵ em 1925, mediante ao decreto de nº. 16.782. A Reforma foi nomeada de Reforma Rocha Vaz, por influência de João Luiz Alves, secretário de governo, jurista e responsável por elaborar a reforma, que determinava a propagação do ensino primário e a organização do departamento de ensino e reforma do ensino secundário e superior, conforme o decreto nº 16.782 A – de 13 de janeiro de 1925 em seu artigo 24:

Art. 24. O Governo da União, com o intuito de animar e promover a difusão do ensino primario nos Estados, entrará em accôrdo com estes para o estabelecimento e manutenção de escola do fererido ensino nos repectivos territórios.. Estes accôrds serão celebrados nos limites das dotações consignadas pelo Congresso Nacional no orçamento da despeza do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Diante de um cenário de entusiasmo educacional a Reforma Rocha Vaz promoveu então a difusão do ensino primário nos estados com a institucionalização de escolas com normas de regulamentação para o ensino na tentativa de organizar a educação do país, “[...] pela primeira vez, um acordo entre a União e os Estados, com fim de promover educação primária, eliminar os exames preparatórios e parcelados e ainda vigentes e herança do império”. (ROMANELLI, 2012, p. 44).

As mudanças no início da República se deram mais no âmbito político e de interesse das classes dominantes, do que efetivamente no campo da educação. O estado visou dar continuidade em seu interesse e cidadãos críticos e bem instruídos não fazia parte das necessidades da época.

2.3 Educação primária no Brasil e contexto político social brasileiro: 1930 – 1945

A revolução da década de 1930 que afetou todo cenário nacional, foi provocada por um conjunto de fatores que permeavam o quadro econômico e da política brasileira,

⁵Segundo o Glossário do Histedbr - Verbetes elaborado por Nascimento (2004) Arthur Bernardes: 1922, “[...]chegou à presidência da República, após campanha eleitoral bastante acirrada. Apoiado por São Paulo, Bernardes teve que enfrentar o candidato da Reação Republicana, o ex-presidente Nilo Peçanha, que aglutinava o apoio dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Durante a campanha, Bernardes foi atingido pelo episódio das "cartas falsas", quando foi acusado da autoria de cartas publicadas na imprensa contendo referências ofensivas ao marechal Hermes da Fonseca. Ainda durante a campanha ficou comprovado que as cartas haviam sido forjadas, mas a contestação ao nome de Bernardes nos meios militares já se tinha tornado irreversível. Apesar de tudo, acabou eleito no pleito realizado em março de 1922”.

foi um período de maior instabilidade econômica e culminou no golpe de Estado, que pôs fim a Primeira República e inaugurou um novo regime marcado pela “Era Vargas”⁶

No contexto mundial, os anos de 1929 e 1930 também foram de fases conturbadas, com a crise econômica de grandes proporções enfrentadas pelos Estados Unidos⁷, que acabou atingindo outros países por conta do desequilíbrio financeiro. No Brasil afetou a exportação do café, que levou a dificuldade econômica, gerando conflitos e tensões políticas. A década de 1930 foi marcada por um conflito armado no país e mundialmente com a Segunda Guerra (1939-1945)

Para Romanelli (2012, p. 49) a:

Revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica.

Nesse período no Brasil, a industrialização era insipiente e estava em processo de fortalecimento do capitalismo, porém ainda era um país agrário e dependente da exportação. A Revolução de 1930 resultou no Golpe de Estado, “[...] em 1937, instalou o Estado Novo, que foi justificado pela necessidade de se manter a ordem institucional contra os regionalismos, herança do período anterior, contra as divergências entre os grupos dominantes - setores agrários e burguesia industrial [...]”. (ANDREOTTI, 2006, p. 104).

E é diante dessa realidade econômica que a educação escolar se torna palco de discussões, no século XX, período em que surgiu maior demanda por um ensino público, universal e gratuito,

Podemos perceber que a educação nesse momento histórico não era considerada na sua função social, com caráter de formar o homem integralmente como sujeito crítico, criativo e de direito, pois, não havia necessidade e nem interesses que levassem a essa formação, visto que desenvolvimento das forças produtivas não eram tão complexas.

⁶*Era Vargas* foi o nome dado ao período em que Getúlio Dornelles Vargas esteve no poder, sucessivamente, um marco na política do país, o governo foi dividido em três fases sendo: Governo Provisório -1930-1934; Governo Constitucional – 1934-1937 e Estado Novo – 1937-1945.

⁷ A crise de 1929 “Era mais uma crise do sistema capitalista de produção, mas que se manifestaria com muito mais intensidade, duração e amplitude espacial do que as anteriores. Foi uma profunda depressão, contagiando todo o mundo capitalista”. (CANO, 2009, p. 603).

Observa-se que, com o avanço industrial, havia uma necessidade de força de trabalho⁸ qualificada para desempenhar as funções básicas das indústrias. Dessa forma, era necessária a expansão das escolas primárias, pois as principais exigências era saber ler, escrever e as quatro operações aritméticas. Porém, a escola pública não era para todos visto que a população, em sua maioria, se encontrava na zona rural. Além disso, o produto principal de exportação era o café, agricultura e para esse tipo de trabalho não era necessário qualificação do trabalhador.

Essa organização dos meios de produção e mecanismos que legitimam instrumentos de exploração da força de trabalho refletem na manutenção das relações de poder estabelecida na sociedade, posto que o sujeito era formado para vida em sociedade e conseqüentemente para ser útil ao mercado de trabalho.

A década de 1930 foi marcada por mudanças no campo da educação, pelas novas necessidades de formação do indivíduo, refletidas pelo setor econômico e as relações de trabalho que começaram a se desenvolver e alterar a relação entre a sociedade civil e o Estado. Porém de forma tímida, pois ainda não havia grandes necessidades de organização na formação educacional do homem.

Neste ambiente político do governo de Getúlio Vargas, que esteve à frente do poder por dois mandatos, o primeiro período de 1930 a 1937 e o segundo mandato de 1937 a 1945, denominado 2^a e 3^a República sucessivamente, procurou uma redefinição da conjuntura política vigente.

Período em que foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, foi sancionado em 1931 a Reforma do ensino secundário e superior, que se tornou conhecida por “Reforma Francisco Campos” ministro da Educação do presente governo que “[...] teve por objetivo, de um lado, no plano federal, retomar a hegemonia política; por outro, visava introduzir mudanças no campo educacional, como ampliação ao acesso à educação, condicionada à busca da melhoria da qualidade do ensino. (BICCAS, 2011, p.156).

O Manifesto dos Pioneiros escrito em 1932 foi um dos principais acontecimentos, o documento foi resultado de um movimento reformista que defendia a organização do sistema educacional, teve grande repercussão na área da educação, que nos dizeres de Romanelli (2012, p. 153) “[...] o Manifesto não só estava traçando diretrizes novas para o estudo da

⁸“Força de trabalho é a capacidade de realizar um trabalho útil que aumenta o valor das mercadorias. É a sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de um salário em dinheiro.” BOTTOMORE, 2001, p. 253).

Educação no Brasil, mas também estava representando uma tomada de consciência, por parte dos educadores, até então praticamente inexistente”. O manifesto defendia a escola pública e laica. Dessa forma, a igreja católica era contra o Manifesto, o que fez Vargas ponderar em aceitar a demanda dos educadores, por a igreja ter grande influência com a população. Assim sendo, colocou na Constituição o ensino religioso de frequência facultativa.

O Manifesto dos Pioneiros foi um documento elaborado por um movimento de reconstrução educacional, no qual a educação torna-se função do Estado, que deveria atender às necessidades da sociedade e direito do indivíduo a uma educação integral e mais acessível, contrapondo em parte a esfera tradicional.

E ainda em 1934 é promulgada a segunda Constituição Federal do país, que dispõe em seu artigo Art. 149 que:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934).

E no artigo 150 pontuou outras atribuições da União, como: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível; [...]. (Brasil, 1934).

Foram esses os principais direitos à educação trazidas pela Constituição de 1934. Esta posicionou o Estado como corresponsável pela oferta do ensino público, integral e gratuito. Porém o que até então era uma vitória para educação do país não perdurou por muito tempo. Em 1937 Getúlio Vargas, com apoio militar, implementou o Estado Novo, que segundo Palma Filho (2005, p. 10):

O pretexto, como não poderia deixar de ser, mais uma vez, foi o perigo comunista. Pura invenção. Os comunistas estavam presos e os soltos encontravam-se na mais dura clandestinidade, sem nenhuma possibilidade de ação concreta. O Congresso Nacional foi fechado. O ditador passou a governar através de Decretos-leis. Estabeleceu-se a mais dura censura nos meios de comunicação e foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que passou a interferir em todas as manifestações culturais.

Nesse período foi promulgada a Constituição Federal de 1937 que “[...] estava longe de dar ênfase que dará a de 1934 ao dever do Estado como Educador.” (ROMANELLI, 2012, p. 155). A nova Constituição era mais modesta ao tratar de educação primária, e modificava a situação do Estado em relação ao seu dever para com a oferta do ensino público. Em 1942 o

Brasil entrou na Segunda Grande Guerra, o que contribuiu para que o Estado novo enfraquecesse, e em 1945 finaliza o período denominado Era Vargas⁹.

2.4 O ensino primário público popular no Brasil de 1946 a 1964

No campo da Educação o cenário foi modificado na ‘Era Vargas’, também no que diz respeito ao ensino primário público no país, pois, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. E em 16 de julho de 1934 foi publicada a Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil que determina que:

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (1934).

Para BRITO (2004, p.13) foi um importante marco no país e para a educação de todos os estados brasileiros, pois:

[...] além de reafirmar alguns princípios anteriormente expostos — como a proposta acerca do Conselho Nacional de Educação, que foi confirmado em sua função de traçar um Plano Nacional de Educação para o País, a ser aprovado pelo Poder Legislativo — determinou aos estados federativos a organização de seus respectivos sistemas de ensino, facultando à União a fiscalização dos ensinos superior e secundário. Para a organização e manutenção de suas escolas, estados e municípios deveriam investir 10,0% de seus tributos, enquanto ao governo federal caberia o investimento de 20,0% deste mesmo tipo de receita.

Em outras palavras a criação do Ministério da Educação veio para regulamentar pela primeira vez no país uma organização para todos os níveis de ensino, como um dos primeiros atos de Getúlio Vargas e como Ministro da Educação nomeou Francisco Campos¹⁰ que efetivou por meio da legislação, o que ficou conhecido com a Reforma Francisco Campos,

⁹ “No campo político, a partir de 1942 teve início o processo de desarticulação do Estado Novo. Certamente o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, aliando-se por razões de ordem econômica aos Estados Unidos e rompendo com a Alemanha nazista, contribuiu para o enfraquecimento do regime. Pois tinha a contradição de ser uma ditadura e os soldados brasileiros defenderem o país democrático”. (PANDOLFI, 1999, p. 11).

¹⁰Francisco Luís da Silva Campos. Nascido mineiro em 1891 foi filho de um Juiz de Direito. Como o pai formou-se em direito, pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, onde mais tarde ingressou como professor de Direito Constitucional. Iniciou sua vida pública como Deputado Estadual pelo Partido Republicano Mineiro (1919) e elegendando-se depois como Deputado Federal (1921).

Durante o governo de Antônio Carlos (1926-1930) exerceu o cargo de Secretário dos Negócios do Interior, responsável pelos assuntos da educação mineira. [...] Sua nomeação para o cargo de Ministro da Educação, pelo Governo Provisório, consolidou sua trajetória de estrategista na área da educação. A sua indicação para o Ministério, então recém-criado, foi resultado de um delicado jogo de poder que definia a posição de Minas no Governo. (ROMERO, 2008, p. 14-15).

uma série de decretos para orientar os governos locais sobre as questões relacionadas ao ensino. Como aponta ROMANELLI (2012, p. 132):

A Reforma Francisco Campos efetivou-se através de uma série de decretos. São eles os seguintes:

1. Decreto n. 19.850 - de 11 de abril de 1931: que cria o Conselho Nacional de Educação.
2. Decreto n. 19.851 - de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
3. Decreto n. 19.852 - de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
4. Decreto n.19.890 - de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário.
5. Decreto n. 20.158 - de 30 de junho de 1931: Organizou o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.
6. Decreto n. 21.241 - de 14 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

Porém Segundo Veiga (2007), na época em que se proclamou a República no Brasil possuíamos, estimativamente, 14 milhões de habitantes com a proporção de 85% de analfabetos.

Apesar de diversas reformas educacionais que se sucederam durante a Primeira República, não se registou grandes mudanças no processo de escolarização das crianças e jovens brasileiros, porque se manteve um alarmante número de analfabetos, depois da Revolução de 1930 com a criação do Ministério da Educação e da Saúde, a taxa de crianças com idade escolar no ensino primário era apenas de 30%.

Após a revolução de 1930 o Brasil passou por uma série de mudanças e movimentos, sobretudo buscava romper com a velha ordem social oligárquica, em 1945 chega ao término a ditadura Vargas, que se candidata pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e logo é eleito, pelo voto popular, seu segundo mandato em regime democrático ocorreu no período de 1951 a 1954

Um ponto a se destacar foi a Promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1946. Segundo Fausto (2015, p. 221): “No capítulo referente à cidadania, o direito e a obrigação de votar foram conferidos aos brasileiros alfabetizados, maiores de 18 anos, de ambos os sexos. Completou-se assim, no plano dos direitos políticos, a igualdade entre homens e mulheres”. Diferentemente da Constituição de 1934, pois as mulheres só poderiam votar caso tivessem função pública.

General Eurico Dutra¹¹ foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o estado novo, eleito pelas bases políticas formada por Getúlio Vargas, segundo Vale (1979, p. 69): “A candidatura Dutra tinha, pois”, um duplo sentido: força militar para garantir a redemocratização em toda a sua plenitude e as eleições presidenciais [...]”.

Seu governo foi marcado por repressão a organizações políticas de esquerda e por estar aliado aos Estados Unidos na Guerra fria. Mas, em 1950 Getúlio Vargas, venceu com 48% dos votos pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

O início do segundo mandato de Vargas foi “[...] marcado por uma política de conciliação com os setores conservadores, evidenciada na composição do seu primeiro ministério: o “Ministério da Experiência”. (D'ARAUJO, 1992, p. 21).

Vargas, precisou adotar novas estratégias em seu governo para combater os conflitos internos com intuito de não agravar as tensões sociais e a de oposição ao seu governo, como os setores mais tradicionais, porém frente aos movimentos das massas, movimentos trabalhistas, o que D' Araujo (1992, p. 21) descreve como segundo momento do governo Vargas, compreendido entre 1953 a 1954 um governo que foi:

[...] marcado por uma orientação mais trabalhista, voltada para os interesses populares, em detrimento da conciliação com os setores conservadores. Essa "virada" empreendida pelo Governo estaria evidenciada por dois marcos: a reforma ministerial de junho-julho de 1953 e a instrução 70 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), datada de outubro desse mesmo ano, tida como um golpe contra os grupos comerciais em prol da industrialização - o que teria desgostado boa parte dos setores econômicos dominantes.

Este fato teria despertado o desgosto da classe média e das Forças Armadas, o que dificultou qualquer tentativa de conciliação, o que causou o insucesso dessa política governamental. Para Fausto (2015, p. 225):

Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações.

A década de 1950 foi marcada por fortes e crescentes dificuldades econômicas na tentativa de promover o desenvolvimento do país, frente a movimento sociais e reação de trabalhadores.

¹¹Eurico Gaspar Dutra nasceu no dia 18 de maio de 1883 e viveu em Cuiabá até os 18 anos de idade. Nos seus primeiros anos de vida, governava a província de Mato Grosso [...]. Nessa época, a cidade de Cuiabá não tinha sequer Prefeito municipal. Era dirigida por uma Câmara Municipal, surgindo posteriormente a figura do Intendente e, finalmente, o Prefeito. (VALE, 1978,).

No campo da educação esse movimento não foi diferente, pois a população também se organizava para realizar reivindicações por maior instrução para população, com um viés público, universal e gratuito. Andreotti (2006, p.107) aponta que:

A organização popular e a pressão por escolas, apontam para a ineficiência do Estado em beneficiar essa população. Esses movimentos demonstraram que as camadas populares se mobilizavam, segundo suas condições de organização, para aumentar sua quota de participação no acesso à educação escolar, como também demonstram que a demanda por educação acompanha o estágio de desenvolvimento econômico e as possibilidades de inserção social através da escolarização.

Segundo Romanelli (2012, p. 66): Entre 1920 e 1940, a taxa de alfabetização cresceu 0,4% ao ano. Entre 1940 e 1950, o crescimento foi de 0,5% ao ano. Entre 1950 e 1960, foi de 1,2%, e, entre 1960 e 1970, a taxa cresceu a 0,6% ao ano.

O que nos leva a compreender que parcela da população não tinha acesso à educação mesmo com oferta de ensino primário gratuita, pois não havia garantias de acesso e condições para se manter.

E no Brasil neste período acontecia a instauração da Ditadura Militar e instalação do ideário do Estado de Segurança Nacional - (ESN). Por meio da:

[...] articulação entre os empresários e os militares conduziu ao golpe civil-militar desencadeado em 31 de março e consumado em 1º de abril de 1964. Saíram vitoriosas, portanto, as forças socioeconômicas dominantes, o que implicou a adequação da ideologia política ao modelo econômico. Em consequência, o nacionalismo desenvolvimentista foi substituído pela doutrina da interdependência. Consumou-se, desse modo, uma ruptura política, considerada necessária para preservar a ordem socioeconômica, pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico. Portanto, se a “Revolução de 1964” foi realizada para assegurar a continuidade da ordem socioeconômica, é inegável seu significado de “mudança política radical”, atestada até mesmo pelo simples fato da permanência dos militares no poder por 21 anos, caso inédito na história política brasileira. (SAVIANI, p. 294).

Durante esse período no Brasil, comandado pelo presidente João Goulart (1961-1964) passa a tomar medidas de controle ostensiva contra a população, como exemplo restrições aos meios de comunicação, acesso, eventos e práticas culturais.

Em face dessa realidade, das lutas ideológicas que ocorreram anteriormente, por iniciativa de Gustavo Capanema, então começam a ser modificados alguns ramos do ensino que alteraram o cenário da educação no período de 1942 que se estendeu até 1946, como exemplo o decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do ensino primário, e expressa em seu art. 1ª as seguintes finalidades:

- a) Proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandecam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana;
- b) Oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
- c) Elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho.

A Lei Orgânica de ensino primário, foi traçada pelo governo federal para estabelecer uma diretriz nacional, até então havia uma desordem no ensino, pois cada estado seguia a própria política, e as condições econômicas de cada região favorecia o desenvolvimento ou abandona do ensino primário.

Com o desenvolvimento industrial, há uma maior atenção para as políticas educacionais e formação das classes populares e dos filhos dos trabalhadores, pois, a educação pública seria uma ferramenta para prosperar a região, havendo uma preocupação maior com a cultura e com conhecimentos úteis para vida em sociedade.

Foi a partir de então que os filhos das classes trabalhadoras passaram a ter maior acesso ao ensino, para Palma Filho, (2005, p. 14).

O clima de liberdade e de livre expressão do pensamento, que sucede com o fim da ditadura Vargas, acabou por favorecer uma reforma do ensino primário mais adequada à realidade brasileira e aos anseios dos educadores, porque resgatou boa parte das ideias pedagógicas presentes no “Manifesto dos Pioneiros”.

E o ensino primário passou a ser prioridade das políticas educacionais, pois, é a primeira etapa da educação escolar, que anteriormente se reduzia apenas ao ensino da leitura e escrita, pois antes havia maior preocupação com “[...] a transmissão de conhecimentos úteis para a vida em sociedade e com a preparação para o mundo do trabalho, que se tornava mais complexo nesse período”. (ZOTTI, 2006, p. 12).

O artigo 10 da Lei Orgânica do Ensino Primário (1946) do ensino primário trazia as orientações e princípios gerais do ensino primário fundamental:

- a) Desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses naturais da infância;
- b) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos;
- c) apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização;
- d) desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social;
- e) revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem-estar individual e coletivo;
- f) inspirar-se, em todos os momentos, no sentimento da unidade nacional e da fraternidade humana. (BRASIL, 1946).

O Ensino foi dividido em duas categorias, conforme o Art. 3º “O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos; o elementar e o complementar”. (BRASIL 1946). Conforme os artigos 7º e 8º se dividiam da seguinte maneira:

Art. 7º O curso primário elementar, com quatro anos de estudos, compreenderá:

Leitura e linguagem oral e escrita; Iniciação matemática; Geografia e história do Brasil; Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; Desenho e trabalhos manuais; Canto orfeônico; Educação física.

Art. 8º O curso primário complementar, de um ano, terá os seguintes grupos de disciplinas e atividades educativas:

Leitura e linguagem oral e escrita; Aritmética e geometria; Geografia e história do Brasil, e noções de geografia geral e história da América; Ciências naturais e higiene; Conhecimentos das atividades econômicas da região; Desenho; Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região; Canto orfeônico; Educação física. (BRASIL, 1946).

Zotti (2006, p. 13) entende que “[...] é clara a destinação do ensino primário à classe trabalhadora, sendo legalmente articulado às escolas de aprendizagem técnico-profissionais nas áreas industrial, agrícola e de artesanato”.

Enquanto as frações da classe dominante tinham acesso à diferentes tipos de conhecimento científico, a classe trabalhadora recebia uma instrução mais voltada para produção, e conhecimento de atividades pertinentes ao trabalho.

Ao passo que, os filhos da classe trabalhadora quando tinha acesso à educação, era apenas para o ensino primário, a classe dominante tinha acesso ao ensino secundário e superior. Dessa forma as desigualdades continuavam a ser reproduzidas.

A Lei Orgânica de ensino também trouxe avanços que merecem destaques, como aponta Romanelli (2012, p. 165):

A organização do ensino primário supletivo, cujas classes passaram a funcionar em 1947, [...] contribuiu efetivamente para a diminuição da taxa de analfabetismo, no final da década de 1940 e toda a década de 1950. Esse foi um dos aspectos positivos da lei que, por sinal foi aplicada de forma positiva.

No Brasil nos anos 1940, 1950 e 1960 houve grande expansão nas escolas de ensino primário estruturadas pela Lei Orgânica de Ensino Primário ou Decreto 8.529 promulgado em 2 de janeiro de 1946.

Nas questões políticas segundo Souza (2013, p. 189 -190):

Os primeiros anos da década de 1950 coincidem, sob o aspecto político, com os primeiros anos da década de 1960, pois, nesses períodos, governos de estilo populista, legalmente constituídos, sofreram forte oposição de setores conservadores da sociedade que tramaram a deposição, desde o início do mandato desses governos, respectivamente, os de Getúlio Vargas e João Goulart. Vargas, principalmente, e João Goulart foram grandes expoentes do populismo no Brasil, ou seja, líderes que exerceram práticas de um fenômeno político que emergiu em razão das debilidades políticas em que classes dominantes do setor oligárquico se encontravam, havendo uma incorporação das massas ao jogo político e oportunizando a expressão das suas manifestações, sempre amparadas no caráter carismático de seus líderes, empenhados em conseguir respaldo popular para suas propostas.

Quanto à conjuntura econômica, permanecia voltada para o crescimento das indústrias no país e a agroexportação, mas principalmente associado a produção de bens de consumo duráveis.

Assim, o Estado procurava transferir recursos da agricultura para a indústria, inclusive beneficiando o setor industrial com taxas de juros menores e longos prazos para pagamentos, visando, conseqüentemente, desestimular o setor agro-exportador e dinamizar o setor industrial, e ainda manipulava o sistema cambial que se tornou um poderoso estímulo à industrialização. (SOUZA, 2013, p. 193).

O reordenamento político trouxe mudanças em todos os setores, inclusive no da educação, a década de 1960 para educação brasileira classifica-se uma das mais importantes, pois, foram anos marcados pela mobilização na educação, como um meio de mobilidade social.

E também em 20 de dezembro de 1961 a lei 4024 fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as mudanças forma sensíveis e com algumas lacunas, mas apontava para uma nova forma de organização educacionais, uma vez que trazia consigo contribuições no campo legal para a educação principalmente no que se refere ao direito à educação pública e gratuita, como podemos observar em seu artigo 3º:

O direito à educação é assegurado: I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos. (BRASIL, 1961).

A LDB representou um avanço e unificação no sistema educacional do país, quanto ao ensino primário determinou:

Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

Art. 28. A administração do ensino nos Estados, Distrito Federal e Territórios promoverá: a) o levantamento anual do registro das crianças em idade escolar; b) o incentivo e a fiscalização da frequência às aulas. (BRASIL, 1961).

Com a LDB o ensino primário passou a ser obrigatório para as crianças a partir de 7 anos de idade e o foco central do ensino estava na leitura, escrita e cálculo, com um viés tradicional da educação.

Com a Ditadura Militar houve uma reformulação para viabilizar a ação militar, segundo Zotti (2006, p. 15):

As regulamentações promovidas na Lei 4.024/1961 e a Reforma que irá se concretizar com a Lei 5.692/1971, têm o objetivo de alinhar o sistema educacional aos objetivos do Estado capitalista militar, a fim de adequar a educação à ideologia do “desenvolvimento com segurança”.

O ensino neste período foi centrado na ordem, obediência, família e comunidade, de forma a garantir comportamentos de acordo com a coesão militar. Porém, a Lei de Diretrizes e Bases abriu espaço para organização da educação no país e para o desenvolvimento da democracia com o fim do regime militar em 1989.

No próximo capítulo abordaremos sobre o processo de expansão da escola primária em Mato Grosso e os diferentes tipos de escola do período de 1920 a 1950.

3 – O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO PRIMÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO

Nesse capítulo faremos uma breve apresentação da história do estado de Mato Grosso (MT), os aspectos políticos, econômicos e sociais da região. E também vamos apresentar as Reformas educacionais que favoreceram a expansão da escola primária em Mato Grosso e os diferentes tipos de escola do período de 1930 a 1964.

Além de identificar as transformações ocorridas em virtude do crescimento econômico que acelerou a ocupação demográfica no sul do estado.

3.1 Mato Grosso em evidência: história, política e sociedade (1920-1950)

O estado de Mato Grosso passou por mudanças provocadas pelo crescimento da sociedade capitalista, o início do séc. XX foi voltado para produção de charque, sal e extração do látex para exportação e produção de borracha.

Mas, já havia uma cultura da pecuária formada por indivíduos que se apropriaram da grande extensão de terra. A população do estado se concentrava em áreas rurais e vivia dos afazeres do campo, da agricultura e da pecuária propriamente dita.

Mato Grosso era uma região na qual imperava fazendeiros e coronéis¹² que assumiam as frentes da agricultura e pecuária extensiva da região. No início da república a região.

A história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nas primeiras décadas do período republicano (1889-1943), foi na realidade a história de um *povo armado*. Sua principal característica constituiu-se no uso extremo da violência. (CORRÊA, 1995, p. 25).

E essa violência, acentuou as características do estado e o seu desenvolvimento uma vez que no início da república a região era bastante conflituosa por disputa de terras entre fazendeiros, pautada no poder e política na época.

No quadro abaixo apresentamos a lista dos governantes da Primeira República.

¹²O estudo do *coronelismo* em Mato Grosso reveste-se de grande significado para a compreensão deste fenômeno político que tipificou a história brasileira em dado momento, e pelo conhecimento (desconhecimento) da história da região e das formas peculiares que assumiu a evolução da sociedade e da política mato-grossense. O aparecimento de *coronéis*, de chefes políticos locais e das oligarquias estaduais enquadrou-se numa situação singular da região do extremo oeste, caracterizada pela fronteira e por um processo de devassamento e ocupação que se prolongou ainda pelo primeiro quartel de nosso século. (CORRÊA, 1995, p. 15).

Quadro 6 - Presidentes do estado de Mato Grosso na 1ª República

Antônio Correia da Costa	1895 – 1898
Antônio Cesário Figueiredo	1898 – 1899
Antônio Pedro Alves de Barros	1899 – 1903
Antônio Paes de Barros	1903 – 1906
Pedro Leite Osório	1906 – 1907
Generoso Ponce	1907 – 1908
Pedro Celestino Correia da Costa	1908 -1911
Joaquim Augusto da Costa Marques	1911 – 1915
Caetano Manuel de Faria Albuquerque	1915 – 1916
Camilo Soares Moura	1917 (interventor federal)
Cipriano da Costa Ferreira	1918 – 1918
Francisco de Aquino Correia	1918 – 1922
Pedro Celestino Correia da Costa	1922 – 1926
Maria Correi da Costa	1926 – 1930
Aníbal Benício de Toledo	1930

Fonte: CAMPESTRINI, Hildebrando. História de Mato Grosso do Sul, 2009. Quadro organizado pela autora

Observa-se que ocorreram várias trocas de governo durante o período da Primeira República no estado de Mato Grosso, pois foi marcada por alianças políticas, mobilizadas por estratégias para aqueles que buscavam ter o controle político do local. Segundo Franco (2013, p. 57):

Entre os anos de 1889 a 1917, a formação de alianças partidárias efêmeras, sedições e recomposições foram comuns ao jogo político local. Ao longo desse período, onde somente um dos Presidentes do estado, Joaquim Augusto Corrêa da Costa, 1911-1914, cumpriu o seu mandato na integralidade, a palavra capaz de sintetizar a experiência republicana foi: instabilidade.

A disputa pelo controle político e de terras na região era grande. Em 1902 José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco foi nomeado para assumir o Ministério das Relações Exteriores, tornou-se figura importante no contexto nacional e em questões de limites territoriais assumindo o cargo de Chanceler.

O Barão do Rio Branco estabeleceu política coerente, segura e inovadora em relação aos países sul-americanos, particularmente no Rio da Prata. Os dois princípios básicos dessa política passaram a ser o de abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e o de favorecer a estabilidade política regional, prestigiando os Governos constitucionais, quaisquer que fossem eles. Eram princípios inovadores, particularmente na região platina. Uma república forte ao sul, acreditavam os governantes do Império do Brasil constituir-se-ia em ameaça, quer política, ao estimular, por seu exemplo, movimentos republicanos internos, quer à própria integridade territorial nacional, por ser pólo de atração ou ameaça militar em relação ao sul brasileiro, e, ainda, ameaçaria a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, essencial para o contato da isolada província do Mato Grosso com o resto do Brasil. (DORATIOTO, 2000, p. 131).

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil expandiu as relações capitalistas no estado, impulsionando o crescimento das cidades.

Ainda na década de 20, o sul de Mato Grosso recebeu uma influência decisiva e transformadora do estado de São Paulo, pela ferrovia, e foi sacudido pelas agitações políticas revolucionárias dos movimentos tenentistas e sindicalistas, que eclodiram em todo país. (CORRÊA, 1995, p. 18).

Na década de 1910 foi inaugurada a Estrada da Ferrovia Noroeste Brasil (NOB), ligando São Paulo ao sul de Mato grosso, o que colaborou com o desenvolvimento da região e incremento em sua economia uma vez que a ferrovia favoreceria o acesso e crescimento econômico das regiões da qual passava. Brito (2001, p.46) aponta que a construção favoreceu a ascensão das classes dominantes, de pecuarista do Sul de Mato Grosso e comerciantes das cidades que se desenvolveram com a instalação da estrada de ferro principalmente Três Lagoas e Campo Grande.

Na época imediatamente anterior à construção da Noroeste, vale dizer, na primeira década do século 20, as vias terrestres situadas no interior do SMT buscavam, principalmente, os Estados de Minas Gerais (região do Triângulo) e São Paulo, a República do Paraguai (por cujo território fazia também comunicação terrestre com o Rio Grande do Sul) e as povoações ribeirinhas como Miranda, Aquidauana e Coxim, ligadas por via fluvial a Corumbá – pólo da navegação do Rio Paraguai, em demanda tanto litoral atlântico quanto da capital do Estado.

A ligação do SMT com Triângulo Mineiro datava, na verdade, da 1ª metade do século 19, tendo sido responsável pela primeira onda de efetivo povoamento não-índio do sul de Mato Grosso, associado à criação extensiva de gado nas pastagens naturais aí existentes. (CIMÓ, 2004, p.366).

A estrada de ferro foi considerada uma das maiores ligações nacionais por terra, incrementou o desenvolvimento econômico, e como consequência provocou aumento da densidade demográfica nas regiões na qual foi construída.

Mas, Cimó (2004, p.415) aponta que:

Apesar da maior difusão da pecuária bovina, a atividade produtiva mais rentável no SMT, na época da construção da NOB, era a exploração da erva-mate – atividade que, desde que esse gênero começou a ser comercialmente explorado nessa região[...]. De fato, dentre todos os produtos exportados pelo Estado de Mato Grosso entre os anos de 1901 e 1911, a erva-mate representou o maior valor até o ano de 1906.

A Companhia Mate Laranjeira que atuou na exploração da Erva Mate e detinham o monopólio da economia do Estado.

A Companhia Matte Larangeira também tornou-se uma potência na região do Prata. Ligada ao capital financeiro, chegou a monopolizar milhões de hectares, impedindo o acesso livre à terra e forçando grande parte da população do campo a se empregar em suas atividades. Essa foi a tendência que se manifestou nos ervais mato-grossenses. (CENTENO, 2001, p.129).

A companhia trouxe grandes mudanças na infraestrutura na sua área de atuação, como exemplo saneamento básico, investimentos em estradas, transportes, tecnologia, além de movimentar a economia do estado de forma mais imediata com mecanismos para ocupação produtiva.

Porém expôs a população a superexploração do trabalhador na extração da erva-mate, pois, empregou força de trabalho barata e não qualificada, como indígenas, paraguaios e imigrantes em busca de melhores condições de vida.

O estado de Mato Grosso passou por diferentes configurações econômicas mais no final do século XIX com as relações capitalistas consolidadas destacam-se os grandes latifundiários, a pecuária extensiva e empresários da Erva Mate como donos do monopólio econômico do estado.

Oliveira Neto, Araujo e Santos (2007, p. 176) apontam que: “À medida que a Mate Laranjeira alcançava lucros cada vez maiores, eram alteradas, tanto a paisagem da região, quanto as suas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais”.

O que também se deu devido as influências políticas do dono da companhia Tomás Larangeiras com o governador Antônio Maria Coelho¹³, a companhia atingiu as maiores receitas do estado, pois, “[...] deteve a concessão de uso de uma longa faixa de terra, avançando o monopólio que chegou a 3 milhões de hectares, proporcionando um lucro extraordinário”. (OLIVEIRA NETO, ARAUJO E SANTOS, 2007, p. 176).

¹³ Antônio Maria Coelho, assumiu o governo do Estado no início do período republicano em 16 de agosto de 1891. Porém, já em 1889, Mato Grosso deixou de ser denominado província tornando-se Estado, com a instauração da República no Brasil.

Já no período intitulado de Segunda República (1930- 1945), foi marcado pela política centralizadora de Getúlio Vargas que, segundo Filho (2013, p. 859):

[...] O Estado passa a ser interventor, regulador e planejador. O nacional-estatismo teve como forma particular no Brasil o trabalhismo. Se, no segundo governo, o projeto trabalhista foi mais consistente, durante o Estado Novo, foi renomeado de populismo, detratando-o com a pecha de demagogia, corrupção e irresponsabilidade administrativa.

A “Era Vargas” foi acentuada por um desenvolvimento nacional baseado no Estado Forte, que buscou favorecer as relações econômicas e desenvolvimento do país, mas, também foi um Estado autoritário, opressor, que censurava e controlava, para alcançar autonomia econômica e maior desenvolvimento das relações capitalistas.

No Sul de Mato Grosso a elite de fazendeiros e coronéis controlavam o poder econômico da região.

No quadro abaixo podemos ver alguns dos interventores federais do estado, da 2ª República:

Quadro 7 - Governadores do estado de Mato Grosso na 2ª República

Antônio Mena Gonçalves	1930 - 1931
Artur Antunes Maciel	1931 - 1932
Leônidas Antero de Matos	1932 - 1934
César Mesquita Serva	1934 - 1935
Fenelon Müller	1935
Mário Correia da Costa	1935 - 1937
Mário Ari da Silva	1937
Júlio Strubing Müller	1937 - 1945

Fonte: CAMPESTRINI, Hildebrando. História de Mato Grosso do Sul, 2009. Quadro organizado pela autora.

Durante a era Vargas, o governo estadual era formado por interventores que eram de confiança do governo federal. Essas mudanças alteraram as relações políticas, econômicas e sociais em todos os estados brasileiros, no período de transição para terceira república, o estado de Mato Grosso foi dirigido por Olegário Moreira de Barros (1945 -1946) e José

Marcelo Moreira (1946 - 1947), que promoveu as eleições estaduais, provocando mudanças no estado, pois:

O poder dos usineiros (coronéis) começou a dar sinais de declínio a partir de 1930, com a ascensão de Vargas à presidência da República. Getúlio Vargas deu início a uma política de combate ao coronelismo, através da ação dos interventores federais. Para Mato Grosso, o governo Vargas nomeou Mena Gonçalves, que combateu o regime de escravidão existente nas usinas. (p. 49).

Nos anos de 1937, Vargas anunciou a Marcha para o Oeste¹⁴, o que incitou a criação de colônias agrícolas subordinadas ao Ministério da Agricultura.

O que incitou fazendeiros de todas as localidades e principalmente Minas Gerais e São Paulo a migrar para Mato Grosso onde a pecuária extensiva era a principal atividade econômica do estado.

Mato Grosso começou a se desenvolver e melhor cada vez mais no quesito econômico, com os incentivos a agricultura e pecuária atraindo outros agricultores, pois o financiamento era mais fácil.

Para isso, foi essencial a presença do Estado que, desta forma, passou por um novo processo de reorganização interna, visando à sua adequação a um conjunto crescente de tarefas que seu papel de idealizador e muitas vezes de motor destas mudanças exigia. Além disso, o retorno do país aos trilhos da democracia, com a volta à cena política dos governos estaduais, acabou impondo modificações e rearranjos internos na máquina pública, visando dar respostas a uma sociedade que cada vez mais se urbanizava, ganhando simultaneamente maior complexidade política e social (BRITO, 2001, p. 122)

“O progresso do estado foi tão rápido, tanto que foram criados, de 1945 a 1964, só no sul do estado, 35 municípios, contra quinze existentes até aquela data”. Campestrini (2009, p. 245), além do incentivo a agricultura que se modernizou com máquinas agrícolas de serviço, favorável no estado por conta de sua topografia atraindo agricultores de todas as regiões do país.

Em 1947 assume o governador Arnaldo Estêvão de Figueiredo (1947-1950), no início da terceira república, sua principal pauta de diligência era o crescimento do estado, e ocupar os espaços vazios, pois, dada a densidade demográfica das cidades e a localização do estado ainda havia necessidade de alargar suas fronteiras para estar mais próxima dos grandes centros econômicos.

¹⁴A Marcha para Oeste foi lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia. O projeto governamental incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior do Brasil, com o objetivo de integrar e consolidar a nação, de com as diretrizes ideológicas do Estado Novo (1937-1945). (CALONGA, 2015, p. 127).

Quanto ao ensino Arnaldo Estêvão de Figueiredo no ano seguinte a sua posse por meio da lei nº53, de 26 de dezembro de 1948, reorganiza o departamento de educação, este passa a ser constituído por três órgãos: “Divisão de Administração, Divisão de Ensino Primário e Divisão de Ensino Secundário” (MARCÍLIO, 1963, p. 178).

No que compete ao ensino primário, a divisão ficaria pela inspetoria, fiscalização e orientação do ensino primário, pré primário e supletivo, público ou particular, a responsabilidade de manutenção e transformação fica a cargo do estado.

Segundo ALVES (p. 22):

A escola, nesse período, era utilizada como um dos instrumentos para a manutenção da unidade política do país, uma vez que, através dela, difundia-se a mesma língua, os mesmos costumes e valores voltados para o sentimento nacionalista. Este último, segundo os discursos, de fundamental importância na luta pela construção da nação brasileira. Por outro lado, com a escolarização promover-se-ia o crescimento da produção nacional, pois, segundo Getúlio Vargas, o alto índice de analfabetos representava um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Acreditava-se que, através do ensino, que poderiam modificar a realidade econômica do país, pois diminuir o número de analfabeto significava aumentar o número de eleitores para fortalecer novos grupos no poder, em Mato Grosso em 1953, no governo de Fernando Corrêa da Costa, instala-se a Secretária de Educação e Cultura e Saúde dando um novo ritmo as atividades de ensino no estado.

Entre 1960 e 1970, o crescimento populacional de Mato Grosso atingiu 6,3% ao ano. Com 1623 618 habitantes, a sociedade experimenta além do crescimento populacional e urbano, a industrialização, tem contato com novos padrões de cultura e de comportamento, o que tende a quebrar mais e mais com tradicionalismo regional. (MATO GROSSO, 1975, p. 04-05).

Inicia-se então, nesse período uma reestruturação do ensino, novos grupos escolares são instalados por todo estado, e medidas para que o ensino seja ampliado são tomadas, como a criação de mais escolas rurais e noturnas.

Em Aquidauana em 1959 é:

“encampado pela Lei nº 1234, de 31 de julho desse ano, o Ginásio “Candido Mariano” constrói 8 salas anexas ao Grupo Escolar “Antônio Corrêa” destinadas a esse estabelecimento”. E Ainda, [...] é determinada a construção de um edifício de dois andares na cidade de Aquidauana, onde se alojará o Ginásio e Escola Normal “Jango de Castro”. (MARCILIO 1963, p. 187).

Pode-se perceber que os problemas prioritários do governo eram voltados para a estrutura como um problema essencial para oferta do ensino público, porém poucas medidas são tomadas para que se mantenha o acesso e permanência das camadas populares.

No próximo tópico iremos destacar as principais reformas no período de 1920 a 1950 bem como as bases econômicas do estado para a consolidação e expansão das instituições de ensino primário em Mato Grosso.

3.2 Reformas e consolidação do Ensino Primário em Mato Grosso 1920 – 1950

Em Mato Grosso, acompanhando o desenvolvimento nacional foi regulamentado por meio do decreto de n. 981 em 8 de novembro de 1890 que aprova a instrução pública primária e determina a instrução primária livre, gratuita e leiga:

Art. 2º A instrução primaria, livre, gratuita e leiga, será dada no Districto Federal em escolas publicas de duas categorias:

1ª escolas primarias do 1º gráo;

2ª escolas primarias do 2º gráo.

§ 1º As escolas do 1º gráo admittirão alumnós de 7 a 13 annos de idade, e as do 2º gráo, de 13 a 15 annos. Umás e outras serão distinctas para cada sexo, porém meninos até 8 annos poderão frequentar as escolas do 1º gráo do sexo feminino.

§ 2º Nenhum alumno será admittido á frequencia das escolas do 2º gráo sem exhibir o certificado de estudos primarios do gráo precedente. (BRASIL, 1890).

No plano educacional inicialmente houve forte influência positivista herdada da primeira Reforma da instrução primária em 1890, pois, mesmo que estivesse se restringindo ao Distrito Federal a mesma deveria ser um modelo para os demais estados.

Neste momento tanto o Distrito Federal como o estado de São Paulo e Rio de Janeiro por serem os maiores polos econômicos do país, por conta da exportação do café e cana de açúcar, já se discutiam com maior ênfase a instrução da população de classes menos favorecidas. As demais províncias ainda se encontravam em situação econômica desfavorável.

Para Jacomelli (1998, p. 48) a estrutura educacional do estado de Mato Grosso:

[...] eram as mesmas herdadas do período imperial. Suas características podem ser resumidas através dos seguintes pontos: falta de professores habilitados; inexistências de cursos de formação de professores, reduzido atendimento às crianças em idade escolar; necessidade de inspeção efetiva; estrutura de equipamentos e de materiais didáticos etc.

A formação econômica do estado ainda não era favorável para expansão de escolas primárias, pois não havia necessidade, visto que a maior parte da sua população trabalhava em áreas rurais com afazeres do campo.

A ampla extensão territorial unida à disseminação da população, à dificuldade de acesso pela quase ausência de estradas, à pobreza das famílias das cidades do interior e à falta de comunicação, inviabilizava qualquer projeto educacional para Mato Grosso. Somada a essa realidade, o estado vivia constante conflitos entre coronéis do norte, representados pelos senhores de engenho e, posteriormente usineiros de açúcar; e os do sul, grande pecuaristas e pelos comerciantes. Tais conflitos, quase sempre armados, abalavam significativamente a instrução pública, devido aos gastos para a manutenção da ordem e ao pânico que se instaurava entre a população. (SÁ, 2010, p. 175).

O movimento de transformação da sociedade e consolidação do capitalismo refletiu fortemente na sistematização das escolas primárias no estado.

A economia mato-grossense baseava-se na mineração, exportação de minério e gado, e tendo como base nos grandes centros, como exemplo o estado de São Paulo que detinha a hegemonia econômica do país, pois era o principal produtor e exportador do país, de café, crucial fonte econômica da época.

Alves (2003, p. 38) afirma que:

Somente com abertura dos rios platinos à navegação, em especial após a Guerra do Paraguai, Mato Grosso saiu do estado de letargia em que se encontrava. A modernização da Província passou a ser um reclamo de seus dirigentes, principalmente dos Presidentes designados pelo Trono. A modernização foi induzida por essas pessoas “*de fora*”, que reivindicavam para Mato Grosso as mesmas oportunidades de “*progresso*” que outras regiões do País vinham experimentando. A urbanização das cidades, com desenvolvimento de infra-estrutura, o embelezamento de praças e jardins, os serviços públicos de distribuição de água e iluminação, as medidas de saneamento, realizaram um movimento acompanhado de novas reivindicações e empreendimentos educacionais.

Em 1891 foi instituído mediante ao decreto de nº. 10 o Regulamento da Instrução Pública do estado de Mato Grosso pelo presidente do estado Manuel José Murtinho:

Artigo 27º – O ensino no estado de Mato Grosso será primário e secundário.
 Artigo 28º – O ensino primário será ministrado em escolas fundadas nas diversas localidades do estado, conforme a população escolar de cada uma, e o secundário no Liceu da Capital.
 Artigo 29º – O ensino primário será leigo, gratuito e obrigatório.
 § Único – O ensino primário compreenderá as seguintes matérias: Leitura de impressos e manuscritos; Caligrafia e escrita; Elementos de Gramática Portuguesa e composição em prosa; Elementos de Aritmética, compreendendo o sistema métrico decimal; Noções de Geografia,

especialmente do Brasil; Noções de História do Brasil; Trabalhos de agulhas e de prendas domésticas, nas escolas do sexo feminino.

Artigo 30º – As escolas primárias serão divididas em três classes: Pertencem à 3ª classe, as escolas da capital, onde haverá para cada sexo tantas quantas forem necessárias; Pertencem à 2ª classe, as escolas das vilas ou cidades que forem sede de comarca, onde haverá pelo menos uma para cada sexo; Pertencem à 1ª classe, todas as outras escolas do estado, só podendo haver uma em cada localidade, e nelas se ministrará o ensino a alunos de ambos os sexos, sob a regência de um só professor, que será de preferência, uma senhora. (MATO GROSSO, 1891).

As reformas eram influenciadas pela busca por melhores condições de infraestrutura do estado com intenção de alavancar seu desenvolvimento, o que conduziu a implantação da instrução pública no Sul de Mato Grosso.

No Governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908 - 1911), foram implementadas algumas reformas, destacamos a Lei nº 533, de 4 de julho de 1910 que autorizou a reorganização da Instrução Pública do estado. A regulamentação determinava em seu artigo 1º que: “O ensino primário no estado de Mato – Grosso será leigo e administrado à custa dos cofres estaduais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem” (MATO GROSSO, 1910).

E ainda, em seu artigo 2º determina que:

Haverá para esse fim escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de frequentar a escola. (MATO GROSSO, 1910).

E ao se referir ao método de ensino, assinala no artigo 12º que:

O ensino nas escolas primárias será tão intuitivo e prático quanto possível, devendo nele o professor partir sempre em suas preleções do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, e abstendo-se outrossim de perturbar a inteligência da criança com o estudo do prematuro de regras e definições, mas antes, esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem tomem interesse pelos assuntos de que houver de tratar em cada lição.

Podemos perceber um processo de renovação da escola primária no século XX desencadeada por processos de modernização e urbanização do estado. Após o decreto foram criados grupos escolares nas maiores cidades do estado, que eram Cuiabá (1910), Corumbá (1911) e Campo Grande (1912), e também com objetivo de expandir o processo educacional republicando foi criado em 1912 nas cidades de Aquidauana, Ponta Porã e Três Lagoas.

Segundo Oliveira (2006, p. 5874), os grupos escolares foram:

[...] criados a partir da reunião de escolas isoladas e agrupadas pela proximidade, sob uma única direção, organizaram-se em classes seriadas, seguindo a uma unidade de programa e de horário, sendo que o programa desenvolvido passa a observar uma sequência gradual dos conteúdos.

Essa foi uma medida econômica para organização e funcionamento das escolas primárias, mas foi a partir da década de 1920 que as discussões acerca da instrução pública no estado tornam-se mais frequentes, uma vez que há maior divulgação de pensamentos pedagógicos e do movimento renovador¹⁵.

A Reforma de 1910 possibilitou maior expansão dos grupos escolares, tendo em vista que a instrução era tida como propulsiva ao progresso e crescimento do estado, porém ainda de forma tímida, pois a escola era dividida em três classes: escolas da capital, das vilas ou cidades, e as outras escolas do estado, só podendo haver uma em cada localidade, pode perceber assim que não havia intenção e nem estrutura para atender a todos, mesmo com a obrigatoriedade de ensino gratuito e obrigatório. Como afirma ALVES (1998, p.30):

Com o regulamento de 1910, ampliou-se o processo de expansão de escolas em Mato Grosso. Contudo, apesar da regulamentação do ensino, pouco se avançou em termos de garantia de escolarização à maior parte da população mato-grossense.

As mudanças econômicas no país buscavam uma hegemonia econômica e política, em virtude do crescimento mundial, da Revolução Industrial e expansão das relações capitalista, tendo em vista consumidores para ampliar os processos de modernização no país. O Brasil vivia uma intensificação de produção de manufaturados.

Alves (1998, p.31), pontua que: “Os trabalhadores, cada vez mais explorados, começavam a exigir os seus direitos através de greves, passeatas e outras manifestações sociais, o que provocou sérias preocupações aos governantes”.

Entre a luta dos trabalhadores a exigência de escolas públicas e combate ao analfabetismo na formação dos cidadãos se reafirmava, pois, esta pauta também fazia parte dos discursos dos governantes da época. Como afirma Oliveira (2009, p. 04)

[...] os governantes buscaram inserir-se ao projeto nacional desencadeando, por um lado, a modernização das cidades, sua urbanização, com base em serviços de encanamento de água, melhoria da iluminação, construção de estradas, ferrovias, pontes, entre outros, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento do estado, e, por outro, buscaram viabilizar a criação de

¹⁵ As contestações e discussões educacionais da década de 20 culminaram na elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. “O Manifesto é um documento de política educacional em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública. Nesse sentido emerge como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema nacional de educação pública. (SAVIANI, 2014, p. 33).

instituições educacionais, entre elas os grupos escolares, tendo em vista combater o analfabetismo.

E ainda, Pedro Celestino disse na Assembleia Legislativa no ano de 1911 que: “Só a multiplicação dos núcleos de ensino moderno racional e prático, pelo interior do estado (...) pode apressar a liberdade da ignorância lastimável que vem crescendo nossa infância. (Mensagem.1911, p. 11 *apud* ALVES, 1998, p. 32).

No quadro organizado por ALVES (1998, p.33) podemos dimensionar o aumento do número de escolas no início do séc. XX.

Quadro 8 - Número de unidade Escolares em MT (1889-1913)

Ano	Ensino Primário		Ensino Secundário	Ensino Normal	Ensino Profissional
	Grupos Escolares	Escolas Isoladas			
1889	--	32	01	--	01
1913	05	123	02	01	01

Fonte: ALVES (1998, p.33).

Essas escolas eram conduzidas por pessoas com ensino elementar, e a maior parte da população na época era analfabeta, os problemas eram muitos, como por exemplo: material didático escasso ou inexistente, falta de professores e infraestrutura carente, não haviam critérios rigorosos para escolarização pública e também profissionais em quantidade capaz de fiscalizar o ensino ofertado pelo Estado. Contudo, nota-se um aumento significativo de escolas de Ensino Primário no estado.

Em 1927, outro regulamento para educação básica foi disposto em vigência por meio do Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, no governo de Mario Corrêa da Costa (1926 - 1930). O mesmo organiza as escolas por categorias, na condição de: “a) escolas isoladas rurais; b) escolas isoladas urbanas; c) escolas isoladas noturnas; d) escolas reunidas; e) grupos escolares. Com vista a propagar o ensino primário no país. O regulamento também determinava quanto ao método de ensino pedagógico:

Art. 91 – Os professores observarão, no seu trabalho educativo, entre outras, as seguintes normas básicas: 1) passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido; 2) farão o mais largo emprego da intuição; 3) conduzirão a classe às regras e às leis pelo caminho da indução; 4) conservarão de vista a finalidade educativa e procurarão o melhor caminho para alcançá-la; 5) empregarão, no ensino da leitura, o método analítico; 6) estudarão os seus alunos para os conduzir de acordo com a capacidade de cada um; 7) promoverão pela

instrução, o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades infantis; 8) transformarão os seus alunos em colaboradores; 9) tornarão as suas lições interessantes; 10) educarão pela palavra e pelo exemplo; 11) evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica. (MATO GROSSO, 1927).

Ampliou a expansão das escolas primárias em cinco categorias, e determinou que onde houvesse um mínimo de 250 crianças em idade escolar deveria ter uma instituição de ensino, também destinou escolas para áreas isoladas e rurais difundindo a educação em outros municípios.

No artigo Art. 1 – Divide-se o ensino, no estado de Mato Grosso, quanto à natureza do curso, em: a) primário; b) secundário. Art. 2 – Em ambos os graus, o ensino é ministrado em estabelecimentos públicos e pode ser ministrado em estabelecimentos particulares, sujeitos à fiscalização. (MATO GROSSO, 1927).

O método intuitivo ainda era a concepção pedagógica sustentada tanto na Reforma de 1910 quanto a de 1927, uma vez que o trabalho educativo das classes populares era voltado para observação e indução onde o professor/mediador deve conduzir a criança a partir da percepção sensível.

Em 1951 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário, que estabelece as categorias do ensino:

Das categorias do ensino primário e de seus cursos:

Artigo 2º - O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) O ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;
- b) O ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

Artigo 3º - O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar.

Artigo 4º - O ensino primário supletivo terá um só curso: o supletivo.

Capítulo III – Da ligação do ensino com outras modalidades do ensino:

Artigo 5º - O ensino primário manterá da seguinte forma articulação com as outras modalidades de ensino:

- 1 – O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial agrícola.
- 2 – O curso primário complementar com os cursos ginasial, industrial, agrícola e de formação de ensino elementar.
- 3 – O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e com os de artesanato, em geral. (MATO GROSSO, 1951).

A Lei Orgânica do estado de Mato Grosso de 1951, trouxe consigo uma nova modalidade a escola supletiva, as instalações escolares, de responsabilidade do poder público eram catalogados de acordo com local, o número de turmas e professores como: escola isolada, escolas reunidas, grupo escolar e escola supletiva.

Para Brito (2001, p. 142):

Diferentemente da legislação de 1927, contudo, estabeleceu-se a unicidade dos programas e anos de estudo, na medida em que foi determinado o currículo básico do curso primário elementar, a ser ministrado em todas as escolas públicas e particulares em quatro anos, independentemente de sua localização e, quando mantidas pelo Estado, também de sua dependência administrativa (municipais ou estaduais).

No período analisado as instituições escolares de ensino primário foram divididas em cinco categorias, escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares. A seguir será analisado esses modelos de ensino em Mato Grosso.

3.3 Expansão, modelo e modalidades das Instituições Escolares de Ensino Primário no Sul de Mato Grosso

A organização de escolas e grupos escolares surgiu em todo país no período republica, por meio do movimento das relações capitalista, da economia e política do país, que alteraram as relações sociais e necessidades da população, sendo a educação imprescindível para formação do espírito nacional no que diz respeito ao caráter cívico do país.

O padrão de pensamento educacional existente de que a escolarização era o problema vital, pois da solução dele dependeria o encaminhamento adequado dos demais problemas da nacionalidade, representando uma força propulsora do progresso da sociedade manifestou-se nos discursos de intelectuais e políticos, assim como influenciou a maioria das reformas educacionais elaboradas nas unidades federadas da República brasileira, no decorrer do período. (OLIVEIRA, 2009, p. 107-108).

As instituições escolares e suas especificidades são importantes para compreender os processos educativos e escolares da sociedade além dos desdobramentos da educação no país, as práticas educacionais e sua expansão, modelos e modalidades. Para Saviani, as instituições escolares foram:

[...] criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que gerou. Não. Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. (SAVIANI, p. 03 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 106).

A expansão das escolas em Mato Grosso ocorreu de forma gradativa, em virtude do processo histórico de formação econômica do estado.

Por ser uma região muito extensa e a maioria da população residir nas regiões rurais, as escolas isoladas rurais e as isoladas urbanas ganharam maior destaque no momento histórico analisado. Como evidencia a tabela abaixo, com demonstrativo de unidades escolares, na qual podemos perceber a expansão das escolas rurais.

Tabela 2 - Escolas segundo a localização – Mato Grosso – 1933 a 1942

Ano	Ensino urbano	%	Ensino distrital	%	Ensino rural	%	Total ⁽¹⁾
1933.....	123	40,3	33	10,8	149	48,9	305
1935.....	132	35,9	35	9,5	201	54,6	368
1936.....	122	31,3	20	5,1	248	63,6	390
1937.....	154	33,2	36	7,8	273	59,0	463
1942.....	127	32,1	69	17,4	200	50,5	396

Unidades escolares públicas e particulares

Fontes: IBGE, 1936: 350.; IBGE, 1940: 924.; IBGE, 1947: 438.; MATO GROSSO, 1940: 8-11.; MATO GROSSO, 1942: 15-17. *Apud* BRITO, 2001, p.62

Pode-se afirmar que o processo de expansão das instituições escolares no estado ocorreu de forma progressiva, conforme a situação econômica e desenvolvimento da região e sua população, sendo as escolas isoladas ou rurais as primeiras modalidades possíveis de educação em áreas mais afastadas, podemos verificar conforme os dados apresentado na tabela que o número de escolas rurais era consideravelmente maior.

Quadro 9 - Classificação das escolas primárias segundo o regulamento de 1927

Categoria	Localização	Características
Escolas isoladas rurais	Mais de 3 km d sede do município	Instrução primária rudmentar em três anos.
Escolas isoladas urbanas	Até 3 km d sede do município	Curso em três anos
Cursos Noturnos	Até 3 km d sede do município	Curso em três anos, para meninos de mais de 12 anos
Escolas Reunidas	Ate 2 km, onde funcionarem três ou mais escolas isoladas com frequencia minima de 80 alunos	Curso em três anos, com programa próprio. Só poderá ter, no máximo, sete classes, atendendo o regimento dos grupos escolares
Grupos escolares	Até 2 km	Continuam seguindo o regulamento anterior, tendo no mínimo, oito classes, totalizando 250 alunos.

Fonte: regulamento da instrução pública, 1927, capítulo 1 apud SÁ; SÁ, 2011, p. 35.

Outra modalidade bastante importante na formação escolas do estado eficiente no quesito econômico eram as escolas Reunidas, que segundo SÁ (2011, p. 35):

Vinham ao encontro das dificuldades econômicas do estado, já que atendiam até sete classes em um único prédio, não tendo, no entanto, que contratar uma pessoa especificamente para assumir a função de diretor, sendo este um professor da própria escola que, pela função recebia uma gratificação de 30\$000 (trinta mil réis).

Essas eram escolas isoladas que reuniam até 60 crianças em diferentes graus de ensino, para apenas um professor, que deveria atender ao programa escolar e também ao método de ensino, sem preocupações, maiores com recursos didáticos e ambiente adequado. O trabalho educativo deveria conduzir a criança pelo caminho da indução.

Conforme Santos (2014, p. 46): “Até 1943 não houve um crescimento significativo do número de grupos escolares no estado, pois no citado ano ele não chegava a 12 estabelecimentos com matricula geral de 5.542 alunos e duração do curso de 4 anos”. Um fator foi a falta de fiscalização em relação a oferta e funcionamento das escolas no estado.

Mais complicado ainda quando se trata de escolas do interior, pois, como aponta Sá (2007, p. 205): “O perfil e a situação sócio-econômica dos alunos dos demais grupos escolares eram diferenciados dos alunos dos Grupos da capital [...]”.

E mesmo assim não foram feitos grande esforços para sanar os problemas, ou seja a população mais carente, sobretudo da zona rural e interior sofria com falta de recurso engendradas pelas relações capitalistas, e com as questões básicas de subsistências, para que o

acesso foi garantido, uma vez que a falta de fiscalização era um agravante, pois, conforme aponta Alves (1998) no ano de 1947 das seis inspetorias criadas, quatro não funcionaram.

No próximo capítulo buscaremos abordar as particularidades e características da consolidação uma escola do interior do Sul de Mato Grosso, Escola modelo Antônio Corrêa, localizada no município de Aquidauana no período de 1930 a 1964.

4 - IMPLANTAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM AQUIDAUANA 1920 – 1950

Nesse capítulo se aborda a implementação do ensino primário município de Aquidauana – MT, e se analisa a expansão das instituições escolares primárias no ano de 1930 a 1964. Também se expõe a respeito da instalação do grupo escolar Antônio Correa (1924), primeira escola de ensino primário da cidade.

Aquidauana é um dos mais importantes municípios do estado por sua produção agrícola e pecuária. Para compreensão da dinâmica a seguir faremos breves apontamentos sobre a formação econômica e social do município impulsionado pela NOB.

4.1 Cidade de Aquidauana sul de Mato Grosso - formação econômica e social

Aquidauana teve grande importância para o estado de Mato Grosso, pela sua localização, sua região alagada do Pantanal, favorecia suas atividades econômicas como a agricultura e pecuária. Além do transporte por vias fluviais favorecia o traslado e venda dos produtos produzidos na região.

A cidade de Aquidauana – foi fundada em 15 de agosto de 1892 às margens do Rio Moboteteu, atual Rio Aquidauana. Implementado pela Comitiva composta por major Teodoro da Fonseca e os coronéis João d’ Almeida Castro, Augusto Mascarenhas Estevão Alves e Manuel Antônio Paes de Barros “quando os fazendeiros situados nas terras banhadas pelos rios Aquidauana e Miranda resolveram fundar um povoado que viesse facilitar as comunicações comuns aos seus interesses” (IBGE, s/d).

Segundo a enciclopédia dos municípios brasileiros Aquidauana foi:

Elevado à categoria município e distrito com a denominação de Aquidauana, pela lei estadual nº 467, de 18-12-1906, desmembrado do município de Miranda. Sede na Freguesia Alto Aquidauana. Constituído do distrito sede. Instalada em 03-05-1907.

Elevado à categoria de comarca, pela lei nº 549, de 20-07-1910.

[...] Elevado à condição de cidade com a denominação de Aquidauana, pela lei estadual nº 772, de 16-07-1918.

Reunidos na margem direito do rio a ata de fundação do município foi lavrada por Cecílio Claro da Silva e a redação de Cel. Teodoro Rondon. E segundo Robba (1992, P. 33):

A diretoria eleita foi a seguinte: Coronéis João Almeida de Castro, Teodoro Rondo, Augusto Mascarenhas, Manoel Antônio Paes de Barros, e Estevão Alves Corrêa. A comissão elegeu presidente e tesoureiro, acumulando as

funções de fiscais aos coronéis Jango de Castro e Teodoro que organizou os estudos.

E ainda, para Carvalho (2014, p. 56):

A fundação de Aquidauana foi resultante de interesses de fazendeiros do Pantanal, motivados por determinações específicas facilitar a atividade econômica com Campo Grande e o Sudeste como forma de garantir a continuidade da atividade comercial durante o período das cheias. Para garantir essas relações sociais, foi erigido um aparato político, jurídico, administrativo e educacional para garantir o poder nas mãos de seus idealizadores.

Dessa forma, não há como entender a região de Aquidauana fora do contexto de expansão das relações capitalistas e do modo de produção. Pois, é um município de forte cultura indígena e economia agrária e mesmo que a região ainda não era desenvolvida em relação aos grandes estados e centro hegemônicos da economia do país.

Aquidauana foi influenciada pelo desenvolvimento ocorrido em São Paulo propiciando maiores expectativas de negócios, principalmente nas atividades da pecuária o crescimento da cidade esteve voltado para inserção do município no contexto nacional.

Os fazendeiros da região de Aquidauana escolheram um local apropriado para erguer as casas que futuramente formaria o núcleo urbano em condições de se expandir. Compreendendo uma área total de 16.700 quilômetros quadrados, considerada “Portal do Pantanal”, por estar na entrada sul do Pantanal mato-grossense, que ocupa dois terços da área do Município, e situada a uma altitude de 180 metros do nível do mar, a área urbana de Aquidauana não é atingida pelas cheias que cobrem de água o “Mar de Xaraés”. (LEITE, 2009, p. 42-43)

O planejamento da cidade sofreu interferências dos coronéis direcionando para atender as urgências dos pecuaristas e crescimento econômico do município. “As águas e o gado fazem parte da cultura regional”. (JÓIA, 2005, p. 34).

Sua população, segundo Robba, (1992, p. 137), em 1913 era de “[...] 6.000 habitantes, segundo cálculos mais moderados, sendo a população urbana de 2.000 almas”.

A expansão regional se deu principalmente após a chegada dos trilhos da Noroeste do Brasil, que foi uma promessa de desenvolvimento para região de Mato Grosso. Para Corrêa e Silva (2016, p. 02):

A circulação de pessoas, informações e mercadorias tornou-se mais ágil. As condições de trabalho e remuneração dos recém-chegados japoneses nas fazendas de café do interior de São Paulo fez com que procurassem outra forma de sobrevivência no território que seria o futuro Estado de Mato Grosso do Sul.

A estrada de ferro chegou em Aquidauana em 1911 e foi inaugurada em 1912 a locomotiva trouxe bastante desenvolvimento para cidade, tendo em vista, as possibilidades de comercio da região e também as embarcações fluviais.

[...] "em Aquidauana, por força da sua situação a margem do rio navegável para Corumbá, estava o principal ponto de apoio para o trecho final da estrada. Ali foram instaladas as oficinas da estrada e formados os depósitos de maquinas e materiais". (SÁ CARVALHO, 1942, p. 30).

Havia grandes perspectivas de crescimento econômico para cidade, pois a Noroeste Brasil expandiu o núcleo urbano e as atividades econômicas da região. Para Trubiliano (2015, p. 234):

A ferrovia foi o catalizador migracional na fronteira Oeste, em especial no sul de Mato Grosso. Contudo, mesmo antes dos trilhos, a ocupação dessa região já contava com pequenos núcleos populacionais que tinham como principal atividade econômica a pecuária, como são os casos de Campo Grande, Miranda e Aquidauana.

Aquidauana, mesmo com sua formação recente, já era uma das cidades mais populosas do sul estado. Cury (2004, p. 325) descreve que:

[...] o fugaz fluxo imigratório produzido pela borracha, no norte do Estado, assinala que vinha sendo "mais estável" a imigração trazida pela Noroeste: "as cidades de Três Lagoas, de Campo Grande e de Aquidauana datam de época recente e revelam rápido progresso, só comparável com o das mais novas cidades paulistas". (CURY 2004, p. 325)

A diversidade de interesses econômicos também refletiu no movimento político da região, uma vez que após instaurada a República, o estado devido a [...] "sua complexa formação econômica e social, assim como, no plano estritamente político, caracterizou o recrudescimento das disputas regionais pelo poder". (CORRÊA, 1995, p. 67).

A guerra do Paraguai¹⁶ gerou consequências diferentes para os países envolvidos, o Brasil sofreu grande prejuízo financeiro, mas também trouxe ao estado de Mato Grosso maior visibilidade no contexto nacional, como aponta Martins Junior (2011, p. 02):

Superadas as dificuldades com a guerra, iniciou-se a reorganização dos núcleos urbanos devastados, e o restabelecimento da navegação pela rede hidroviária da Bacia do Prata viabilizou a atração de Mato Grosso para a órbita de interesses do capital estrangeiro[...].

O sul do estado começou a progredir e criar condições favoráveis para que a região fosse mais ativa nos movimentos, como foi na Revolução Constitucionalista de 1932. Uma

¹⁶Em novembro de 1864 o Paraguai declarou guerra ao Brasil, invadindo a região de Mato Grosso, zona de disputa entre colonos e seus respectivos governos há mais de 200 anos. [...] A guerra do Paraguai, ou a Guerra da Tríplice Aliança, ou mais propriamente a Guerra contra o Paraguai marca indelevelmente a História contemporânea da América Latina. Foi a maior guerra da História da América do Sul. (MOTA, 1995, p. 243-244).

vez que [...] o abandono a que o sul do estado estava relegado pelas autoridades de Cuiabá, que, todavia, não deixavam de aproveitar-se do eleitorado desta parte. (CAMPESTRINI, 2009, p. 277).

Outro quesito a ser destacado é a presença militar no sul do estado, por conta da sua posição estratégica na bacia do Rio Paraguai, Aquidauana possuía dois quartéis gerais em 1941.

[...] a luta pela posse da terra, no período pós-guerra com o Paraguai, foi um dos fatores de maior tensão e violência durante a república. Tendo como atividade principal a pecuária extensiva e, portanto, predominando o latifúndio como fonte de poder econômico e político [...]. (CORRÊA, 1995, p. 71).

Estes fatores, mobilizaram seus líderes políticos a buscarem medidas que garantissem maior participação nas atividades políticas no sul do estado. Como parte do desenvolvimento de Aquidauana surgiram as primeiras eleições municipais, após a elevação do povoado em 1906.

Como apresenta a tabela abaixo com os interventores e prefeitos do Município de Aquidauana – Mato Grosso no período de 1930 a 1963, a eleição assegurava uma maior autonomia para o município.

Porém, muitos prefeitos permaneceram no cargo como interino, ou seja, por um período curto, apenas durante o tempo de impedimento do funcionário efetivo, e outros eram indicados pelo governo. Como apresentado abaixo.

Quadro 10 - Prefeitos da cidade de Aquidauana na 2ª República

Manuel Antônio Paes de Barros	1930
Manuel Alves de Arruda	1930
Elisbérico de Souza Barbosa	1932
Luíz Silvestre Gomes Coelho	1932
Nélson Felício dos Santos	1932
Manuel Alves Arruda	1932
Manuel Bonifácio Nunes da Cunha	1935
Durval Carlos de Oliveira	1936
Luíz Vaz de Campos	1937
Hugo Correia	1939
Rubens Milton Teixeira de Souza	1940
Manuel Bonifácio Nunes da Cunha	1942
Hugo Correia	1944
Jorge Bodstein Filho	1944
Ernesto Borges (juiz de direito e prefeito interino)	1945
Orivaldo Caldas (prefeito interino)	1946
Antônio Castelo Chaves	1947
Delfino Alves Correia	1948
Carlos Alberto Anastácio (prefeito interino)	1949
Armando Figueiró Trindade (prefeito interino)	1950
Delfino Alves Correia	1950
Ambrósio Ferreira Santana (prefeito interino)	1951
Moisés Albuquerque	1951
Fernando Luís Alves Ribeiro	1955
Lauri Silveira de Barcelos (prefeito interino)	1957
Fernando Luís Alves Ribeiro	1958
Antônio Salústio Areias	1959
João Alves Fialho (prefeito interino)	1961
Antônio Salústio Areias	1962
Fernando Luís Alves Ribeiro	1963

Fonte: ROBBA, Cláudio. Aquidauana ontem e hoje, 1992. Quadro organizado pela autora.

Salienta-se também que o município passou por instabilidades políticas e trocas rápidas de mandados, a apontar para o ano de 1932 que houve quatro trocas de mandado.

A principal característica da forma de governo republicana é a participação da população, porém as constantes trocas de prefeito tornam-se prejudicial, pois não há uma continuidade do trabalho visto que muitos permaneceram no cargo por um ano ou menos, e outro exerceram a função como interinos em um curto período de tempo, atendendo aos seus próprios interesses como figura de poder local.

Quanto às atividades econômicas da população do município, podemos ver na tabela 3 como se caracterizava:

Tabela 3 - Ramos de atividade de Aquidauana – Mato Grosso 1950

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
<i>Agricultura, pecuária e silvicultura.....</i>	3 883	3848	35
<i>Indústrias extrativas.....</i>	85	85	---
<i>Indústrias de transformação.....</i>	347	345	2
<i>Comércio de mercadorias.....</i>	293	285	8
<i>Comércio de imóveis e valores imobiliários, credito, seguros e capitalização.....</i>	37		
<i>Prestação de serviços.....</i>	471	34	3
<i>Transporte, comunicações e armazenagem.....</i>		221	250
<i>Profissões liberais.....</i>	535	523	12
<i>Atividades sociais.....</i>	28	28	---
<i>Administração pública, Legislativo, Justiça.....</i>	92	50	42
<i>Defesa nacional e Segurança pública.....</i>	46	45	1
<i>Atividade doméstica não remuneradas e atividades escolares discentes.....</i>	375	374	1
<i>Atividade não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.....</i>	6 773	815	5 958
<i>Considerações inativas.....</i>	7	6	1
TOTAL.....	1 505	996	509
	14 477	7 655	6 822

Fonte (Dados do Recenseamento de 1950 – Aquidauana: Mato Grosso, 1956, p. 5).

Nos anos de 1950 a predominância de atividade econômica do município era a agricultura e pecuária, e a maior parte da população vivia em áreas rurais. “As 3 883 pessoas ativas no ramo “agricultura, pecuária e silvicultura” representam 63% sobre esse total”. (Aquidauana: Mato Grosso, 1956, p. 5).

Mas, também havia registros industriais, como aponta Ferreira (1958, p. 63): “Uma das atividades de grande relevo é a extração de casca de angico, tendo seu valor, em 1955, atingido 13 milhões de cruzeiros”.

E ainda, como aponta Leite (2009, p. 42):

Há que se registrar que o desenvolvimento econômico ocorrido em São Paulo no fim do século XIX, interferiu também nos pantanais mato-grossenses. Assim, o crescimento das atividades econômicas na região Oeste de São Paulo propiciou maiores expectativas de negócios para os produtos mato-grossenses, especialmente para as atividades da pecuária.

O clima da região pantaneira subtropical favoreceu a pecuária extensiva, pois sua região é alagadiça e suas planícies permitem o deslocamento dos rebanhos.

Zorzato (2016, p. 08) esclarece que:

[...] à região de Aquidauana, localizada no oeste do estado de Mato Grosso do Sul. Compreende cerca de 40 mil km² e abrange os atuais municípios de Anastácio, Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Miranda e Nioaque. Alguns destes municípios estão situados na microrregião do Pantanal são formados por terras baixas, em grande parte sujeitas à inundação por ocasião das cheias e, por isso, são utilizadas quase que exclusivamente para a exploração da pecuária. O restante dos municípios situa-se na microrregião da Bodoquena, composta de terras mais altas e que são utilizadas também para fins agrícolas.

O desenvolvimento da região sempre esteve ligado as atividades desenvolvidas por fazendeiros desde os primeiros anos da republica, essas lideranças garantiram que a cidade estivesse também vinculada ao desenvolvimento do processo capitalista, garantindo ao município maior desenvolvimento econômico. Porém, como afirma Leite (2009, p. 45):

A trajetória da ocupação branca no velho Mato Grosso, e na região pantaneira, foi assinalada também por conflitos e disputas pela terra. Nesse aspecto, as disputas entre grupos políticos que desfilaram pela história da região contribuíram para o desenvolvimento e preservação das relações sociopolíticas mandonistas.

Quanto a população na década de 1950 ainda tinha a maior parte da sua população vivendo em áreas rurais, segundo Ferreira (1958, p. 63):

[...] município de Aquidauana contava, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 21 258 habitantes, o que lhe dava menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. Dessa população, 11 117 pessoas eram do sexo masculino e 10 141 do feminino. Segundo o domicílio, aquela população estava assim distribuída: no quadro urbano, 3 577 homens e 3 677 mulheres, num total de 7 254 habitantes; no suburbano, 417 pessoas do sexo masculino e 449 do feminino, totalizando 866; e, no quadro rural, 13 138 domiciliados, dos quais 7 123 do sexo masculino e 6 015 do feminino. A zona rural concorria com 61,80% para a população total do município, inferior, portanto, à média geral do estado de Mato Grosso, que era de 65,9%.

As relações de proximidade que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil trouxe para Aquidauana e para o sul do estado influenciaram mudanças em todos os setores, econômicos,

políticos e sociais, pois a comunicação com os estados mais desenvolvidos e com sudeste do país contribuiriam para o crescimento do município.

Neste contexto político e econômico já haviam iniciado as discussões em torno da educação, pois também seria um instrumento para o crescimento e modernização da cidade, tomando como referência o município de Campo Grande, como veremos no próximo tópico.

4.2 Criação e expansão das Instituições escolares de ensino primário no município de Aquidauana/ MT 1924– 1964

Para compreendermos a instalação do Grupo Escolar Antônio Correa em Aquidauana – Sul de Mato Grosso devemos identificar o processo de implementação e expansão das escolas primárias no município, buscando olhar para o universal para então compreender o singular.

Em 1910 no Governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908 - 1911), foram implementadas algumas reformas, podemos destacar a Regulamento nº. 533, de 4 de julho de 1910 que autorizou a reorganização da Instrução Pública do estado.

Em mensagem o governador afirma que:

Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrução, proporcionando-lhe todos os recursos necessários; mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério público, que deve tornar-se atraente e de real proveito para sociedade. (MATO GROSSO, 1910).

A erradicação do analfabetismo também era pauta presente do governador, dadas as necessidades de crescimento visada para o estado. Sá e Sá (2011, p. 29 - 30) indicam que:

[...] a situação do ensino público estadual era bastante precária: faltavam professores, alunos, materiais escolares e prédios adequados para o funcionamento das escolas. Este cenário deixava os governantes bastante apreensivos, devido a importância delegada à educação para viabilização do projeto civilizador, uma vez que, ao se erradicar a ignorância, introduzir-se-ia o povo no mundo do conhecimento, das luzes, capacitando-os para atuar ativamente na sociedade, na produção de riquezas e na vida política.

Em 1920 a população infantil de Aquidauana, em idade escolar de 07 a 14 anos segundo Paes (2011, p. 81) era:

Quadro 11 - População Infantil de Mato Grosso 1920

Localidade	Masculino			Feminino		
	01-06	07-09	10-14	01-06	07-09	10-14
Aquidauana	1.049	337	572	941	409	543

Fonte: Paes. Ademilson Batista. A Escola Primária Rural Em Mato Grosso No Período Republicano (1889-1942). 2011.

O ensino primário era realizado em grupos escolares e escolas isoladas, mas no município as matrículas ainda eram inexpressivas, como explica Santos (2014), havia onze grupos escolares em Mato Grosso em 1930, sendo um na área urbana em Aquidauana.

Quadro 12 - Escola de Aquidauana - MT (1913-1944)

Data	Escola de Aquidauana – MT
1913	Funcionava duas escolas públicas, uma masculina e outra feminina
1915	Instalou-se uma das escolas do Instituto Pestalozzi, por dois anos, transferida para Campo Grande, dando início ao Colégio Dom Bosco
1924	Passa a funcionar o Grupo Escolar Antônio Corrêa
1944	O Ginásio Candido Mariano – nas dependências do Grupo Escolar Antônio Corrêa

Fonte: ROBBA, Cláudio. Aquidauana ontem e hoje, p. 68 – 70, 1992. Quadro organizado pela autora.

E ainda ROBBA (1992, p. 70) afirma que:

No transcorrer dos anos, Aquidauana contou ainda com diversas escolas particulares, funcionando algumas em regime de internato, atendendo a grande clientela do sudoeste mato-grossense, merecendo destaque entre elas a Escola São José (dirigida pela prof^a Nilzalina Pontes Lemos), a Escola XV de Agosto (das professoras Augusta e Íris Pereira de Sousa), a Escola Paroquial (dirigida pelas freiras vicentinas) e o GIC – Ginásio Imaculada Conceição (dos padres redentoristas).

É importante destacar que o crescimento urbano e econômico do município criou condições para expansão do ensino público na região, porém de acesso restrito, pois, no início dos anos de 1914 haviam duas escolas públicas em condições precárias em prédios alugados e algumas poucas escolas particulares, apenas em 1924 passa a funcionar o Grupo Escolar Antônio Corrêa.

Para Oliveira e Gonçalves (2008, p. 06):

No sul do estado de Mato Grosso, em função de sua proximidade com os centros mais adiantados do país, a cidade de Campo Grande, expandiu-se e modernizou-se com rapidez, devido, principalmente, à expansão da rede

ferroviária, que aumentou o fluxo migratório de estrangeiros (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses, italianos), além de fazendeiros nacionais, intelectuais e artistas diversos, vindos de São Paulo e de Minas, transformando-se no maior centro comercial da região, promovendo, dessa forma, sua modernização e aumento populacional.

Aquidauana uma das mais antigas cidades do estado, sofreu influência de Campo Grande no contexto educacional.

Determinada pelas condições materiais o desenvolvimento do ensino público só se materializou quase uma década depois, principalmente após a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Quando aos métodos de ensino, Paes (2012, p. 87-88) aponta que:

[...] o ensino até 1910 era baseado na memorização, sendo constantes os castigos corporais como punição por não aprendizagem, embora tais medidas chamadas disciplinares estivessem vedadas desde o regulamento de 1896. A partir de 1910, houve inovações visando a uma guinada ao progresso por meio da instrução. Métodos mais modernos foram preconizados como eficazes, utilizando-se de recursos de aprendizagem que partissem do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido.

No ano de 1927 é realizado outro regulamento para o ensino, por meio do decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 e segundo Laci Alves (1996, p.10) essa reforma, se diferiu das anteriores, pois:

[...] tinha como objetivo tornar o ensino mais conducente ao "progresso" de Mato Grosso. Contudo, essa reforma teve um caráter diferente das realizadas em outros estados brasileiros.⁴³ Foi criada uma comissão para organizá-la, com a participação do diretor da instrução pública, o Dr. Cesário Alves Corrêa, o bacharel Jayme Joaquim de Carvalho e os professores Isaac Póvoas, Júlio Strubing Müller, Philogônio Corrêa, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo Carvalho.

Essa comissão tinha o objetivo de elaborar proposta voltadas a atender a emergências de ensino no estado, e defendia a formação de profissionais para difundir o ensino, ideias essas convertidas para o regulamento nº 759. E determina como método de ensino, segundo o artigo 91 Seção VI Dos métodos de ensino e das prescrições pedagógicas essenciais que:

Os professores observarão, no seu trabalho educativo, entre outras, as seguintes normas básicas: 1) passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido; 2) farão o mais largo emprego da intuição; 3) conduzirão a classe às regras e às leis pelo caminho da indução; 4) conservarão de vista a finalidade educativa e procurarão o melhor caminho para alcançá-la; 5) empregarão, no ensino da leitura, o método analítico; 6) estudarão os seus alunos para os conduzir de acordo com a capacidade de cada um; 7) promoverão pela instrução, o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades infantis; 8)

transformarão os seus alunos em colaboradores; 9) tornarão as suas lições interessantes; 10) educarão pela palavra e pelo exemplo; 11) evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica.

Ainda e neste regulamento, pela primeira vez um conjunto de escolas deixou de ser nomeadas como isoladas e passou a ser escolas rurais. E no município de Aquidauana em 1928, segundo Paes (2011, p. 120), havia 4 escolas rurais e uma urbana.

Pode-se compreender que o crescimento de escolas urbanas ainda era pequeno em vista das áreas rurais, o que para Paes (2011, p. 121) aconteceu aparentemente motivado por:

[...] preocupações exaradas na Mensagem de 1927, ou seja, reconhecidamente desaparelhadas de toda sorte de material, inclusive com professores nem sempre devidamente habilitados para a docência. Além disso, suas turmas eram mistas, ao passo que nas turmas urbanas, o alunado era agrupado de conformidade com o gênero: em turmas masculinas ou femininas.

E mesmo com essas preocupações pode-se perceber que não se refletia no cotidiano escolar, pois, não havia condições materiais para garantir a eficiência do ensino, desde infraestrutura, principalmente nas escolas rurais, como de professores capacitados.

Neste mesmo Regulamento da Instrução Pública Primária do estado de Mato Grosso - Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 no Art. 34 determina que: “Os grupos escolares terão, no mínimo, oito classes, e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar”. (MATO GROSSO, 1927).

E no ano de 1927 o Grupo Escolar Antônio Correa de Aquidauana contava com 193 alunos sendo 100 do sexo masculino e 93 do sexo feminino (MATO GROSSO, 1927, p. 142-143 *apud* OLIVEIRA E GONÇALVES, 2008, p. 09).

Aquidauana passou a contar com uma instituição formadora para exercício específico do magistério primário apenas em 1949, quando foi criada a escola normal Jango de Castro.

À medida que a sociedade se desenvolve e os processos de divisão do trabalho são aprofundados, se amplia a necessidade de criação de escolas. Saviani (2007, p. 12) afirma que: “O aparelho escolar, enquanto produto histórico, é inseparável do modo de produção capitalista”

No quadro abaixo podemos verificar com base na legislação do município alguns decretos de criação de escolas no município de Aquidauana e região, o que permite evidenciar o interesse do poder pública para ampliar a oferta escolar de ensino primário.

Quadro 13 - Dados sobre abertura de escola com base na Legislação de 1948 a 1955

Ano	Nº da Lei	O que diz:
1948	Lei nº 13	Art 1º Fica criada uma Escola Municipal no Distrito de Tonay, neste município
1948	Lei nº 32	Art 1º Ficam criadas as seguintes Escolas Municipais: uma escola no morrinho, uma no guanandy, uma no Bairro Alto, uma no Limão-Verde, uma na fazenda Campo Formozo, uma no Pulador, uma no Varpão, uma na Cabeceira da Torre de Pedra, uma na Turna das Antas, em Piraputanga, uma na fazenda Piqui, uma na Colonia de Campinas, uma na aldeia dos Indios, na margem esquerda do Rio Aquidauana
1949	Lei nº 47	Art 1º Fica o Poder executivo autorizado a adquirir do Sr. Abel Dias [...] destinado dito terreno para a construção de um predio pelo estado, para as Escolas Reunidas “Teodoro Rondon”
1949	Lei nº 49	Art 1º Fica o Poder Executivo Autorizado a doar ao Estado de Mato Grosso, dois lotes de terreno urbano [...] para neles ser construído [...]um prédio para as Escolas Reunidas “Teodoro Rondon”
1949	Lei nº 52	Art 1º Fica doado ao Estado de Mato Grosso, a quadra numero cinco (5) da vila de Piraputanga Distrito de Jango, neste Municipio, para nele ser construído o predio destinado a Escola Pública Primaria Estadual.
1949	Lei nº 60	Art 1º Fica criada uma Escola Municipal na Fazenda Baguassú, neste Municipio.
1949	Lei nº 67	Art 1º Fica o poder executivo autorizado a doar ao Estado de Mato-grosso, o lote de terreno urbano [...] para ser construído no referido lote um prédio escolar [...].
1949	Lei nº 69	Art 1º Ficam criadas as seguintes Escolas Municipais: 1 Escola na Vila Trindade, 1 Escola na zona do guanandy (Margem direita da linha NOB), e uma Escola na Lagoa Comprida
1950	Lei nº 80	Art 1º Ficam criadas as seguintes Escolas Municipais: 1 - Escola Municipal na fazendo Carandazinho 1 - Escola Municipal na fazenda “Dois Irmãos” 1 - Escola Municipal na Xarqueada Rio Negro
1955	Lei nº 182	Art 1º Fica o poder executivo autorizado a doar ao Governo do Estado de Mato-Grosso, uma área de Terreno [...] dentro do perímetro da praça afonso pena para nele ser construído o predio da Escola normal Jango de Castro

Câmara Municipal de Aquidauana. Lei de 1948 a 1955. Quadro organizado pela autora.

Com o desenvolvimento econômico e populacional do município, originou a necessidade de implantar escolas de ensino primário para formar a força de trabalho. As diferentes atividades econômicas demandavam forças de trabalho qualificada e também era pauta dos governantes da época, disseminar o ensino público como uma forma de promover o desenvolvimento local, então conforme apresentado no quadro de legislação acima, o

município criou diferentes instituições educativas para atender esta demanda, e também a legislação vigente na época aprovou compra de terrenos para a construção de outras escolas.

Como afirma Zotti (2004, p. 114):

Com o desenvolvimento industrial, a política educacional passa a dar mais atenção à formação das classes populares, do primário aos diversos cursos profissionalizantes. O desenvolvimento econômico passa a necessitar de mão-de-obra minimamente qualificada e, por isso mesmo, o Estado determina as políticas educacionais, diferenciadas conforme a posição ocupada pelo indivíduo no processo de produção.

Ressalta-se que muitas instituições também foram fechadas como aponta a lei municipal de nº 68 de 1949.

Lei nº 68

Art 1º Ficam extintos as seguintes Escolas Municipais por ter sido o Distrito de Corguinho desmembrado deste Município para a formação do Município de Rochedo. Escola Municipal de Corguinho, Escola Municipal de Garimpo de Piqui, Escola Municipal de Fala-Verdade e a Escola Municipal da Torre da Pedra.

Art 2º Ficam também extintas, por falta de numero legal de alunos, as seguintes Escolas Municipais:

Escola Municipal de Campo-Formoso, Escola Municipal da Fazenda Piqui e Escola Municipal da povoação de Campinas. (CAMÂMARA DE AQUIDAUANA, 1949, grifo nossos)

Muitas escolas fechavam porque não havia número suficiente de matrícula, e em alguns casos falta de frequência dos alunos, uma vez que não havia garantias de acesso a população mais pobre, uma contradição do ensino público gratuito e obrigatório, além disso não havia verbas para manter as escolas e o número de professores suficientes.

Sá Rosa em seu livro *Memórias da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul* ao narrar a história do professor Antônio Salústio Areias descreve:

Em 46, quando cheguei a Aquidauana, a cidade contava com poucas escolas. Havia o Ginásio Cândido Marino, o Grupo Escolar Antônio Correa, a Escola Primária das Irmãs e da Professora Nilzalina Pontes Lemos, que servia também de internato para os alunos, que moravam nas fazendas ou que vinham de outras cidades, [...]. (SÁ ROSA, 1990, p. 102).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1958) o ano de 1950, entre a população de 5 anos e mais, era a seguinte: Sabiam ler e escrever 1.185 pessoas e não sabiam ler 6;289. Na zona rural, onde existia uma população de 10.674 pessoas maiores de 5 anos, sabiam ler e escrever 4.057 habitantes, sendo 2.450 do sexo masculino e 1.607 do feminino, não eram alfabetizados 3.407 homens e 3.210 mulheres, no total de 6.617 pessoas.

No ano de 1956, de acordo com o Departamento Estadual de Estatística, dados obtidos pelo IBGE (1958), mostrou que existiam 26 estabelecimentos de ensino primário fundamental

comum, sendo 18 estabelecimentos estaduais, 2 municipais e 6 particulares, sendo o número de matrícula no geral no ensino primário daquele ano alcançou 2.826 alunos.

Apesar do ensino público estar estabelecido na legislação faltavam condições econômicas para que se consolidasse em todo o estado, e principalmente nas regiões rurais onde se localizava a maior parte da população de Aquidauana, dessa forma o ensino se materializou de forma diferente dos grandes centros urbanos.

O primeiro grupo escolar de Aquidauana foi instado em 1924 e para conhecermos seu processo de instalação fez-se necessário buscar fontes documentais nos acervos públicos e fotos¹⁷. No próximo tópico iremos abordar a instauração e consolidação da instituição

4.3 Grupo Escolar Antônio Correa – Aquidauana

O município de Aquidauana era de grande importância econômica para o estado, e o crescimento econômico e social que vinha vivenciando desde o ano de 1910 levou a necessidade de progresso no âmbito escolar.

A partir do Regulamento nº. 533, de 4 de julho de 1910 para a Instrução Primária de Mato Grosso que determinava que em seu artigo 2º que haveria.

[...]escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de freqüentar a escola. (MATO GROSSO, 1910).

Então, os municípios começaram a se organizar, uma vez que também acreditada que a superação do analfabetismo poderia ser chave para o crescimento e desenvolvimento local. A Reforma a Instrução Pública de Mato Grosso levou a criação de alguns grupos escolares, principalmente nas cidades de maior relevância econômica para o estado, para Carvalho (2014, p. 64):

[...] o processo de implantação dos grupos escolares ao Sul do estado se materializou nas cidades cujo crescimento populacional, atrelado ao desenvolvimento econômico passaram, de certa forma, a compor e alterar o seu *modus vivendi*. Portanto, no caso de Aquidauana, a necessidade de um

¹⁷ Os estudos sobre fotografia e história inscrevem-se no campo da história da cultura visual, fruto os desenvolvimentos e revoluções da consciência historiográfica, que incorporou ao seu conjunto de fontes e documentos tudo aquilo que é produzido por mulheres e homens no mundo. Tal transformação ultrapassou a epistemologia da prova rumo à leitura histórica que valoriza o processo contínuo de produção, dialeticamente material e imaterial, das sociedades humanas. (MAUAD E LOPEZ, 2012, p. 263).

grupo escolar, que se tornou premente desde 1914, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e, conseqüente chegada, nas décadas de 1920 e 1930, de imigrantes de diversas nacionalidades [...].

Projeto que fazia parte do Regime Republicano, que buscava maior modernização do país assim sendo, ensino primário público passou a ser necessária, refletindo diretamente nas transformações de caráter estrutural na sociedade regional.

Em tal contexto, Aquidauana busca adequar-se as mudanças.

No começo do século existiam três escolas primárias na cidade, a pública a cargo do Prof. Jorge Bodstein, as particulares regidas respectivamente pelo professor José Bonifácio, numa casa que ainda hoje existe, e a outra a cargo de um mulato pernóstico e bêbado, Benedito Cândido de Almeida Junior, que terminou seus dias como sargento da polícia. [...] Em 1913, funcionavam duas escolas públicas uma masculina e outra feminina, dirigidas pelos professores Jorge Bodstein Filho e Corina Salasc Bodstein respectivamente, com frequência média de 50 alunos cada. (REVISTA CENTENÁRIA Jornal “O PANTANEIRO”, 2014).

Com crescimento da cidade de Aquidauana, havia diversas metas de construção para melhorar o desenvolvimento local, então em 1919 o senador Pedro Celestino Correia da Costa, esteve no município em uma solenidade, na qual foi lavrada uma ata para aquisição de uma ponte metálica e construção de um Grupo escolar.

Para aquisição e construção da ponte e de um grupo escolar, pela Resolução n.º 92, de 29 de junho de 1918, com as alterações autorizadas pela de n.º 100, de 31 de março de 1919, ficou o intendente-geral autorizado pela Câmara Municipal a contrair um empréstimo interno por meio da subscrição popular até a quantia de trezentos contos de réis para pagamento dos gastos com a construção da ponte sobre o rio Aquidauana e porto geral e de um prédio para o grupo escolar. (ROBBA, 1992, p. 66).

Então a prefeitura de Aquidauana comprou de Godofredo Castelo e de D. Silvana da Silva dois lotes de terreno na rua 27 de junho, em 1929 e os doou para o estado construir o prédio do Grupo Escolar.

O prédio cedido ficou pronto em 1930, local que abrigou o Grupo Escolar Antônio Correia, o Ginásio Cândido Mariano e a Escola Normal Jango de Castro, em um suntuoso prédio em frente a principal praça da cidade, também conhecida como Praça dos estudantes.

A partir dessa data começaram a chegar os mestres que formariam as novas gerações [...]. Em 30 de junho de 1926 pelos atos governamentais n.º 133 e 134, são nomeadas e chegam em Aquidauana procedentes de Cuiabá as professoras Anita Pimenta e Luiza Pimental. (REVISTA CENTENÁRIA Jornal “O PANTANEIRO”, 2014).

Figura 1 - Sede do Grupo Escolar Antônio Correia



Arquivo pessoal da autora, 2017.

Porém, antes mesmo da construção do prédio, em 1921 foi criado por meio do decreto nº 846 o Grupo Escolar Antônio Corrêa o primeiro grupo escolar da cidade de Aquidauana que funcionava na margem direita do rio Aquidauana, na margem esquerda havia uma Escola Pública Primária Mista, na qual lecionava as professoras Haydée Correia Cardoso, Paulina Anderson e Emília Bodstein, que foram as primeiras professoras do Grupo escolar, antes de passar para o novo prédio, ainda na margem do rio.

Já no ano de 1924 passou a funcionar efetivamente como Grupo Escolar. Segundo Carvalho (2014, p. 64) a:

[...] denominação foi dada pelo Decreto nº 669, de 5 de junho de 1924. Inicialmente funcionou a Rua Marechal Mallet, em prédio alugado, sendo o primeiro diretor o Professor João Tessitore Júnior, e as primeiras professoras: Anísia Buchara, Dalila Alves de Souza e Leonor D'Avila, empossadas em 15 de março de 1924.

A Sra Corina Salasc Bodstein foi a primeira diretora do grupo escolar e no ano de 1936 teve sua aposentadoria autorizada conforme consta no ofício encaminhado pelo Diretor do Tesouro do Estado.

Para os fins devidos, levo ao vosso conhecimento que, por acto do Governo do Estado, datado de 7 do corrente, sob nº 1095. Foi concedida a professora effectiva do Grupo Escolar “ Antonio Corrêa” da cidade de Aquidauana, servindo como auxiliar da Directoria da Escola Normal e anexas de Campo-Grande, d. Corina Salase Bodstein, a aposentadoria pedida, na forma da lei, visto ter sido julgada incapaz para o serviço, em inspecção de saude a que se submetteu. Para os efeitos devidos, junto vos envio o acto referido. (Directoria Geral da Instiuição Publica, 1936).

Então, foi nomeado o professor do grupo escolar João Calixto Bernandes, que também assumiu a responsabilidade de inspecionar a sua escola rural mixta da Villa de Taunay.

E ainda, os Grupos escolares visavam agrupar escolas reunidas da região na intenção reorganizar o ensino, como afirma Oliveira (2006, p. 5874).

Os grupos escolares, portanto, criados a partir da reunião de escolas isoladas e agrupadas pela proximidade, sob uma única direção, organizaram-se em classes seriadas, seguindo a uma unidade de programa e de horário, sendo que o programa desenvolvido passa a observar uma sequência gradual dos conteúdos.

Organização considerada eficiente, pois assim poderiam reduzir as despesas da comarca reunindo, professores em um mesmo prédio e dispondo dos mesmos materiais e recursos estruturais. Mas, “as construções nunca passaram de meros ranchos, sem as essenciais condições didático – pedagógicas para o funcionamento de uma escola” (MATO GROSSO, 1975, p. 07).

Porém, essa organização era eficiente apenas para as economias do estado, como se pode perceber por meio do ofício¹⁸ encaminhado pelo diretor da época professor João Calixto ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado em 09 de março de 1939 que diz:

Estando a classe do 1º ano A feminino superlotada para uma só professora, onde já se contam 70 alunas analfabetas frequentes e com tendência para maior número, como podereis verificar pela lista nominal junta, venho, por isso, solicitar-vos, de acordo com a alínea 4 do artigo 171 do Regulamento vigente, desdobramento da referida classe, afim de que possam as crianças ali frequentes colher algum proveito na sua alfabetização. (Ofício nº. 356 encaminhado pelo Diretor, 1939).

O regulamento vigente nessa época era o Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 e no inciso 171 citado pelo diretor propõe: [...] “ao diretor geral o desdobramento, a criação e a supressão de classes”; e ainda podemos verificar que o estado também descumpria o artigo 27 do mesmo decreto que determinava que:

As classes das escolas reunidas terão, no mínimo, 15 alunos e 45 no máximo, fundindo-se numa só classe dois ou mais anos do curso, ou formando-se classes mistas quando o número de alunos matriculados for insuficiente para a separação de sexo e anos do curso em classes distintas. (MATO GROSSO, 1927)

No mesmo ofício o diretor diz:

A vista do grande número de analfabetos que diariamente pedem matrícula; havendo já classes com números suficientes para só uma professora e a ausência de 4 professoras que após findo as férias não se apresentaram

¹⁸ Ofício nº 353 – 09 de março de 1939 - Aquidauana encontra-se no anexo do trabalho juntamente com a relação nominal das alunas do 1º ano da secção feminina.

suspendi por 15 dias a matricula das crianças analfabetas. (Ofício nº. 356 encaminhado pelo Diretor, 1939).

Percebe-se a contradição de um estado que ao mesmo tempo que determina que a instrução pública primária será administrada à custa dos cofres estaduais, a todos os indivíduos de forma gratuita e obrigatória, não proporcionava condições de trabalho para que realmente se efetivasse, com salas superlotadas e insuficiente para atender a demanda de crianças.

E mesmo com o imponente prédio de salas grandes e bastante espaçosas, as condições materiais e estruturais enfrentavam problemas, até mesmo de segurança, pois em um dos ofícios¹⁹ de nº 357 de 9 de maio de 1939, também encaminhado pelo diretor João Calixto, ele relata que o quintal do grupo escolar é:

[...] completamente aberto oferecendo, por isso fácil invasão de animais que lhe vem fazendo de pasto [...] invasão de moradores da vizinhança que estavam fazendo uso do poço de água cedido pela Estrada de ferro e ligada a caixa'. (Ofício nº. 357 encaminhado pelo Diretor, 1939).

Figura 2 - Uma sala do Grupo Escolar Antônio Correia, 2017



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2017.

No mesmo ofício de nº. 357 o diretor pedia que fossem tomadas providências para problemas estruturais que vem danificando o forro e as paredes do prédio, recém construído.

As escolas rurais e mistas tinham condições ainda mais desfavoráveis, em uma das inspeções sob a direção do professor João Calixto ele relata as condições das escolas.

Os trabalhos escolares são feitos em casa particular, alugada pela Prefeitura Municipal de Aquidauana, havendo nela, agora, algumas mobílias fornecidas

¹⁹ Ofício nº. 357 de 09 de maio de 1939 – sobre a situação do grupo escolar encontra-se no anexo do trabalho.

pela mesma Prefeitura, constantes das seguintes peças. Carteiras duplas “Brasil” e Americana, velhas, 19 Mesas pequenas, improprias, embora, 18 Cadeiras de palhinhas, 20. Esta escola, entretanto necessita ainda de certo material de ensino, imprescindível para melhor eficiência do seu fim, e neste sentido cumpro-me informar-vos que a referida escola funciona com quadro negro tomado emprestado de particulares; ela necessita de um mapa do Brasil, um pavilhão nacional, um armario para acomodar o seu arquivo e demais utensilio. [...] O salão de aula é insuficiente para o numero de alunos matriculados, maxime sendo ele ocupado por duas classes distintas, como está sendo. (Diretoria do Grupo Escolar “Antonio Correa” de Aquidauana, 1940).

Observa-se aspectos contraditórios e uma organização seletiva do ensino primário no município de Aquidauana, que deveria atender a todos efetivamente, mas o Estado não proporcionava condições favoráveis nem para os pouco estudantes que frequentavam as escolas, as escolas dependiam muitas vezes de recursos emprestados ou doados para poderem funcionar.

Em 1941 o Grupo escolar Antônio Corrêa contava com uma equipe de 11 professoras entre efetivas, interina e substituta, segundo o resumo geral do ponto do corpo docente do mês de julho²⁰, sendo:

Professoras do 1º ano - Belissaria Lopes, Marieta Vaz de Campos, Ercila de Barros Crespan, Julieta Vaz de Campos, Antonieta Cunha Viana Bandeira, Aracy Alvelles Eudociak.

Professoras do 2º ano – Baldina Maciel e Anna Pimenta;

Professoras do 3º ano Imilde F. Mende Xamour e Esmeraldina Malhado;

Professora do 4º ano Luiza Pimenta Caffare.

Essas foram as primeiras professoras a formar o corpo docente do grupo escolar Antônio Correa, as professoras Anna Pimenta e Luiza Pimenta Caffare, vieram de Cuiabá, enviadas pelo diretor geral da instrução pública, pois no município ainda não havia curso para formar as normalistas.

Como primeiro grupo escolar da cidade, podemos perceber que o número de matrículas era grande na região e as salas ainda permaneciam cheias, conforme exemplifica a tabela abaixo.

²⁰ Conforme consta no Anexo C – Resumo geral do ponto do corpo docente e do pessoal administrativo, dados levantados pela pesquisadora.

Tabela 4 - Relatório de Mato Grosso 1943

ENSINO PRIMÁRIO LOCALIDADE		MATRÍCULA ANO
Grupo Escolar Antônio Corrêa	481 /1943	Aquidauana
Escolas Reunidas Teodoro Rondon	121 /1943	Aquidauana
	Total: 602/1943	

Fonte: Mato Grosso, Relatório 1943. *Apud* CARVALHO, 2014, p. 70

Quanto às condições econômicas dos alunos que frequentavam a Escola Modelo eram em sua maioria filhos de ferroviários, pedreiros, empregadas domésticas, comerciantes locais, como constam nas fichas de matrícula²¹ dos alunos.

Observa-se que com os avanços econômicos da cidade e com o crescimento da população urbana tornou-se necessário à ampliação de escolas de ensino primário em Aquidauana, porém, eram escolas isoladas, pois era um custo menor ao governo, no período analisado apenas existiram uma escola reunida denominada Teodoro Rondon (escolas reunidas tinha um custo menor que o grupo escolar, mais era mais avançada, mas era considerada melhor que uma escola isolada) e um grupo escolar denominado Antônio Corrêa que era considerada o tipo de escola mais avançado e caro da época.

²¹Conforme consta no Anexo D – fichas de matrícula 1965, dados levantados pela pesquisadora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo compreender o movimento histórico e identificar as múltiplas determinações (sociais, políticas e econômicas) que permearam a criação e expansão das instituições de ensino primário no Brasil em sua totalidade para compreender na singularidade do município de Aquidauana/MT entre os anos de 1920 a 1950.

Ao estudar a história da escola pública primária e o movimento da instrução pública no Brasil a consideração inicial é que o movimento de criação e expansão ocorreu conforme o desenvolvimento da sociedade capitalista.

E a partir daí emergiu a necessidade de instruir a população, dentro de um plano geral, que foi além de extinguir o analfabetismo ampliar o desenvolvimento do capital.

Podemos emitir que a educação escolar no Brasil foi pensada e idealizada por uma camada da elite brasileira, que inicialmente estava preocupada apenas com a formação de indivíduos eficientes para o trabalho e que as reformas educacionais eram pautadas também nesses interesses, pois, mesmo que legalmente o ensino fosse público não havia questões materiais, estruturais e nem profissionais formados para atender a demanda populacional e o Estado pouco investia, tornando assim insuficiente e falho seu funcionamento.

Uma vez que a oferta de ensino público e gratuito não garantia o acesso e permanência dos estudantes, principalmente nas regiões na qual a maior parte da população residia em áreas rurais.

Em Mato Grosso a expansão da escola primária foi influenciada após as reformas educacionais foi influenciado pelas reformas educacionais implantadas em São Paulo (1892, 1920, 1925 e em 1927). E a partir da década de 1930, período de maior efervescência econômica, que inicia maiores discussões em torno da educação, pela disseminação de escolas públicas em Mato Grosso.

O município de Aquidauana teve grande influência na economia do estado, primeiramente pela saída fluvial para exportação e depois após a chegada da estrada de Ferro Noroeste do Brasil - NOB, a maior parte da sua população localizava-se na área rural da região e tinha como principal atividade econômica a agricultura e pecuária.

Mesmo que Aquidauana não tenha passado pelo fenômeno econômico dos grandes centros do capital, não pôde ser entendida fora desse movimento, uma vez que a ampliação de

suas atividades econômicas foram fundamentais à expansão e consolidação das instituições de ensino primário no município.

A educação ficava a cargo das escolas isoladas ou para quem pudessem pagar o ensino particular. Após assumir a presidência do estado Mário Corrêa da Costa, a ideia de reorganização do ensino público primário começa a ser debatido. Nesse sentido, a criação do Grupo Escolar Antônio Corrêa em 1924 também foi concebida para adequar as exigências da época, além de levar progresso ao município, como almejavam os dirigentes daquele período.

E então no ano de 1930 passa a funcionar o Grupo Escolar Antônio Correia no município de Aquidauana sul de Mato Grosso.

Mas não havia condições materiais e nem oferta de vagas suficientes para atender a demanda, por um longo período as escolas do estado sofreram com a carência de recursos financeiros, estruturais e humanos. Os discursos presenciais e preocupações em torno da educação pública primária e analfabetismo não se concretizavam, não havia fiscalização eficaz, materiais pedagógicos e professores o suficiente.

Concluimos que o direito a educação se materializou por processos de avanços e retrocessos uma vez que havia leis e decretos que regulamentavam a instrução pública no país, porém, não havia condições que garantissem o acesso e a permanência dos estudantes e nem garantias às classes trabalhadoras. Dessa forma, a pesquisa é importante principalmente para o município de Aquidauana, pois é a única pesquisa sobre o ensino primário sobre aquele período e também por conta de não existir tantos materiais sobre a história da educação na cidade. Pois para compreender como a escola é atualmente é necessário entender sua história. E a história regional é diferente da história nacional, pois o que está na lei, muitas vezes não é realmente implantado no município ou demora a acontecer. Além disso, regiões mais pobres os avanços são mais lentos que regiões mais ricas. E Mato Grosso não era a região rica do país.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, M. P.; LAGO, L. A. C. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, 2010. Disponível em: <http://www.economia.puc-rio.br/PDF/TD584.PDF>. Acesso em: 07 ago.2017.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução pública no Brasil, 1500a 1889** / José Ricardo Pires de Almeida; tradução Antônio Chizzotti. – São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.
- ALVES, G. L. Nacional e regional na historiografia educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses. In: **ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2003.
- ALVES, Laci Maria Araújo. **Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso**. Coletâneas do nosso tempo, Cuiabá-EdUFMT, 1996.
- ALVES, Laci Maria Araújo. Nas trilhas do ensino – (Educação em Mato Grosso:1910 - 1946)/Laci Maria Araújo Alves – Cuiabá: EdUFMT, 1998, 193p. il.
- ARAUJO, J. C. **Republicanismo e Escola Primária nas Mensagens dos Presidentes de Estado de Minas Gerais (1891-1930)**. In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada. Araraquara-SP. JUNQUEIRAeMARIN editores. 2012. p. 100-150.
- ARAUJO, Ana Gabriela de Jesus; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. Dourados e a rede urbana de Mato Grosso do Sul: articulações sócio-espaciais. In: **VIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFMS**, 2007, Campo Grande. RESUMOS. Campo Grande: UFMS, 2007. v. 1. p. 174-174.
- ANDREOTTI, Azilde Lina. A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional-Desenvolvimentismo (1930 - 1964). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art8_22e.pdf Acesso em: 20 de agosto de 2017.
- BICCAS, Maurilane de Souza. Reforma Francisco Campos estratégias de formação de professores e modernização da escola mineira (1927-1930). In: **Reformas Educacionais da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)** / Maria Elisabeth Blanck Miguel, Diana Gonçalves Vidal e José Carlos Souza Araujo (orgs.). – Campina, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. – (Coleção memória da educação).
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Disponível em: http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 981**. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto N. 981 - de 8 de novembro de 1890**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html> . Acesso em 17 jun. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 16.782 A – de 13 de Janeiro de 1925**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 09 de agosto de 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil** (De 16 De Julho De 1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 20 de agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.529 de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 fev. 2018.

BRITO, S. H. A. de. **Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. Campinas: 2001. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP.

BRITO, S. H. A. de. **O Ensino Primário na Fronteira Oeste de Mato Grosso no Pós-Guerra: Corumbá (1945-1954)**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 18, n.N Especial, p. 151-172, 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/11226>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

CALONGA, M. D.. **A Marcha para Oeste e os Intelectuais em Mato Grosso: política e identidade regional**. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 14, p. 126-132, 2015.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul**, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Sexta edição, revista e ampliada 2009.

CANO, Wilson. **América Latina: notas sobre a crise atual**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 603-621, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n3/v18n3a08.pdf>. Acesso em: 26 de agosto. 2017.

CASTRO, T. P. V. de. **O Direito a Educação da Infância Rural do Município de Cuiabá – MT (1937-1945): dos quintais aos bancos escolares**. Orientadora: Elisabeth Figueiredo de Sá. 151 f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Educação). Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2018.

CENTENO, C. V.. A Educação Do Trabalhador Nos Ervais De Mato Grosso (1870-1930). **In: V Seminário Nacional De Estudos E Pesquisas**, 2001, Campinas. Transformações Do Capitalismo, Do Mundo Do Trabalho E Da Educação, 2001.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação nas Constituições Brasileiras. **In: História e memória da educação no Brasil**, vol., III: século XX/ Maia Stephanou, Maria Helena Camara Bastos (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Desoficialização do ensino no Brasil: A reforma Rivadavia**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108.pdf>> Acesso em 09 de agosto de 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90).

DORATIOTO, Francisco. **A política platina do Barão do Rio Branco**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 02, p. 130-149, 2000.

DOURADO, N. S. **Práticas Educativas Culturais e Escolarização na Capitania de Mato Grosso (1748-1822)**. Orientador: Nicanor Palhares Sá. 268 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação). Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2014.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**/ Boris Fausto; colaboração de Sérgio Fausto – 3. Ed. Atual. eampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FIGUEIREDO, C. C. **Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: Sua História no Processo de Institucionalização do Ensino Primário Público em Corumbá - MT (1908-1930)**. Orientador: Maria do Carmo Brazil. 146 f. Dissertação (Faculdade de Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2013.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **Embates pelo poder: o cenário político em Mato Grosso após a Proclamação da República**. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 5 n. 10 p. 55-79, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis>. Acesso em junho de 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1998. parte 2: A organização da cultura.

IMPERIO DO BRAZIL. **Constituição Política do Império do Brazil**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 17 jun. 2017.

IMPERIO DO BRAZIL. **Decreto-Lei Imperial, de 15 de outubro de 1827**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 17 jun. 2017.

Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica/Maria Isabel Moura Nascimento... [et al.], (orgs). – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. (Coleção memória da educação).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios**. XXXV Volume. Rio de Janeiro. 1958.

JACOMELI, M. R. M. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República**: 1891-1927. Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

LEITE, Eudes Fernando. **Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução**. / Eudes Fernando Leite. – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

LUCKÁCS, G. **O marxismo ortodoxo**. In: NETTO, J. p (Org.) Lukács. São Paulo: Ática, 1981. p. 63 – 101.

MARTINS JUNIOR, C.. **CASA CANDIA DO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO MS: UMA REFLEXÃO SOBRE O PATRIMÔNIO EDIFICADO E DOCUMENTAL**. In: V Simpósio Internacional de História. Culturas e Identidades, 2011, Goiânia. Anais Eletrônicos do V Simpósio Internacional de História. Culturas e Identidades. Goiânia: ZuttO digital, 2011. v. 1. p. 1-16. Disponível em:
[snh2013.anpuh.org/.../1238800124_ARQUIVO_CASACANDIADOMUNICIPIODEA... .](http://snh2013.anpuh.org/.../1238800124_ARQUIVO_CASACANDIADOMUNICIPIODEA...)
 Acesso em: 06 abril de 2019.

MANACORDA, Maria Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**/Mario AlighieroManacorda; tradução de GaetanoLoMonaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

MATO GROSSO. **Decreto nº 10 de 07** de 7 de novembro de 1891.

MATO GROSSO. **Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927**. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114996/Regulamento%20MT%201927%2C%2022%20de%20abril.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MATO GROSSO. **Lei Orgânica de Ensino Primário**. LEI n. 452, de 24 de novembro de 1951. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-452-1951.pdf>>. Acesso em 15 de dez. 2018.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso-22 outubro de 1910**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114991>. Acesso em 16 jun. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império (Subsídios para História da Educação no Brasil 1823 - 1853)**. Companhia Editora Nacional, vol 1- São Paulo, 1936. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-1-vol>. Acesso em: 24 de fev. 2018.

MONTEIRO, J. da S. **Cultura Escolar: A Institucionalização do Ensino Primário no Sul do Antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974)**. Orientadora: Ana Paula Gomes Mancini. 259 f. Dissertação (Faculdade de Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados- MS, 2011.

NASCIMENTO. Maria Isabel Moura. **Arthur Bernardes**. Verbetes elaborado por Maria Isabel Moura Nascimento, 2004. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_artur_bernardes.htm. Acesso em: 10 de set. 2017.

NASCIMENTO. Maria Isabel Moura. **Venceslau Brás**. Verbetes elaborado por Maria Isabel Moura Nascimento (S/d). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_venceslau_bras.htm#_ftn1. Acesso em: 10 de set. 2017.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de; CARVALHO, Thiago Rodrigues. Aquidauana, histórico e produção de uma cidade. In: **XXVII ENCUESTRO DE GEOHISTORIA REGIONAL**, 2007, ASUNCIÓN. LISTA DE RESUMENES - ENGEIO. ASUNCIÓN: UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN, 2007. v. 1. p. 61-61.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; GONÇALVES, A. S.. **Iniciativas de Modernização Escolar em Mato Grosso: grupos escolares e formação docente- o sul do estado (1910-1950)**. Série-Estudos (UCDB), v. 1, p. 171-191, 2008.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; GONÇALVES, A. S.. O Ideário Republicano e a Educação Primária no Sul do Estado de Mato Grosso (1910-1930). In: **IX Congresso IberoAmericano de História da Educação Latino-Americana: Educação, Autonomia e Identidades na América Latina**, 2009, Rio de Janeiro. Anais IX Congresso IberoAmericano de História da Educação Latino-Americana: Educação, Autonomia e Identidades na América Latina. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. v. 1. p. 1-1.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930). Albuquerque: **Revista de História**, v. 1, p. 105-129, 2009.

PAES, A. B. **A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)**. Orientadora: Vera Teresa Valdemarin. 269 f. Tese (Faculdade de Ciências e Letras). Universidade Estadual Paulista. Araraquara-SP. 2011.

PAES. Ademilson Batista. **Reformas e Regulamentos da Instrução Pública de Mato Grosso (1889-1927)**. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.4, p.80-96, jan/abr. 2012.

PALMA FILHO, J. C. (organizador). **Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em: 22 de agosto. 2017.

PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Novo Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso 20 dez. 2017.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx/ José Paulo Netto – 1 e.** – São Paulo: Expressão popular, 2011, 64 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma Ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20/ Paulo Roberto Cimó Queiroz - - Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.**

Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso
Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, fl. 163-227 Cuiabá, 22 de abril de 1927. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114996/Regulamento%20MT%201927%2C%2022%20de%20abril.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 de março de 2019.

RIBEIRO, P. R. M.. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL. Paideia (Ribeirão Preto), USP - Ribeirão Preto, v. 4, p. 15-30, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paidéia/n4/03.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

ROBBA, Cláudio. **Aquidauana Ontem e Hoje**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais**. O Guardador de Inutensílios. Cadernos de Cultura. N. 7, p. 17-30 maio 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)** / Otaíza de Oliveira Romanelli; prefácio do prof. Francisco Iglesias. 38. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ROMERO, Arnaldo. O Sentido da Reforma: O Estatuto da Universidade de Francisco Campos em um Brasil em Transição. **In. VIII Jornada do HISTEDBR**. 2008. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/fo8OntIz.pdf. Acesso em 03 de março de 2019.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul: História de vidas**. Campo Grande, MS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul 1990.

SÁ, Elizabeth Figueira de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÁ, Elizabeth Figueira de. A Construção da Identidade Nacionalista da Criança Mato-Grossense. **In: Diana G. Vidal; Cleonara Schwartz. (Org.). História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EdUFES, 2010, v., p. 223-246.

SÁ, Elizabeth Figueira de. A expansão do ensino primário em Mato Grosso na Primeira República. **In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara-SP. JUNQUEIRAeMARIN editores. 2012. p. 100-150.

SÁ, Nicanor Palhares. **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**/ Nicanor Palhares Sá, Elizabeth Figueiredo de Sá (Orgs.). – Cuiabá: EdUFMT, 2011. 172p.: Il.

SÁ ROSA, M. da G. **Memória da Cultura e da Educação de Mato Grosso do Sul: Histórias de Vida**. Campo Grande, MS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 1990.

SANFELICE, J.L.; JACOMELI, M. R. M.; PENTEADO, A. E. de A. (Org.) **História de instituições escolares: teoria e prática**. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.

SANTOS, E. C. R. dos. **Escolas Reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)**. Orientadora: Elisabeth Figueira de Sá. 117 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT, 2012.

SAVIANI, Demerval. **História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I.M.. (Org.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2005, v. 1, p. 1-29.

SAVIANI, Demerval. **O Legado Educacional do Regime Militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em junho de 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 4 ed. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 3. ed. 2014.

SEKI, Ariella Lucia Sachertt; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A disciplina de instrução moral e cívica na reforma educacional de Benjamin Constant de 1890. In: **VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008, São Carlos**. VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008. v. 1. p. 1-22. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RhtqaAR_ipsJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/resumos/Ariella%2520Seki%2520\(R\).doc+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RhtqaAR_ipsJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/resumos/Ariella%2520Seki%2520(R).doc+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b). Acesso em junho de 2019.

SOUZA, F. F.. **As Escolas Públicas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil**. In: Araújo, J. C. S.; Souza, R. F. de. PINTO, R. N. Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada. Araraquara-SP. JUNQUEIRAeMARIN editores. 2012. p. 23-77.

SOUZA, F. F.. **Conjuntura política e econômica no Brasil (1950-1964): terreno fértil para o golpe de 1964**. Revista História e Cultura, v. 2, p. 189-204, 2013. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/44/art07_44.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

SOUZA, R. F. de. **Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil**. In: SAVIANI, Dermeval (Org). O Legado Educacional do Século XIX no Brasil. 3ª. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2014. p. 33-79.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do Capital**/ – Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SUPERTI, Eliane. **Positivismo e Escravidão: Um Estudo Sobre O Projeto Positivista de Reorganização das Relações de Trabalho no Brasil no Final do Século XIX**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional De História – João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.201.pdf>. Acesso em: 08 de set. 2017.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **Algumas considerações sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil: migração e ocupação em Campo Grande MT/MS (1905-1940)**. MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA, v. 14, p. 233-251, 2015.

VEIGA. Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

ZANELLA, Camila. **Análise Histórico Educacional do Positivismo Durante a Primeira República.** XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social, 2013. Disponível em:
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371246624_ARQUIVO_artigoanpuh2013.pdf. Acesso em: 08 de set. 2017.

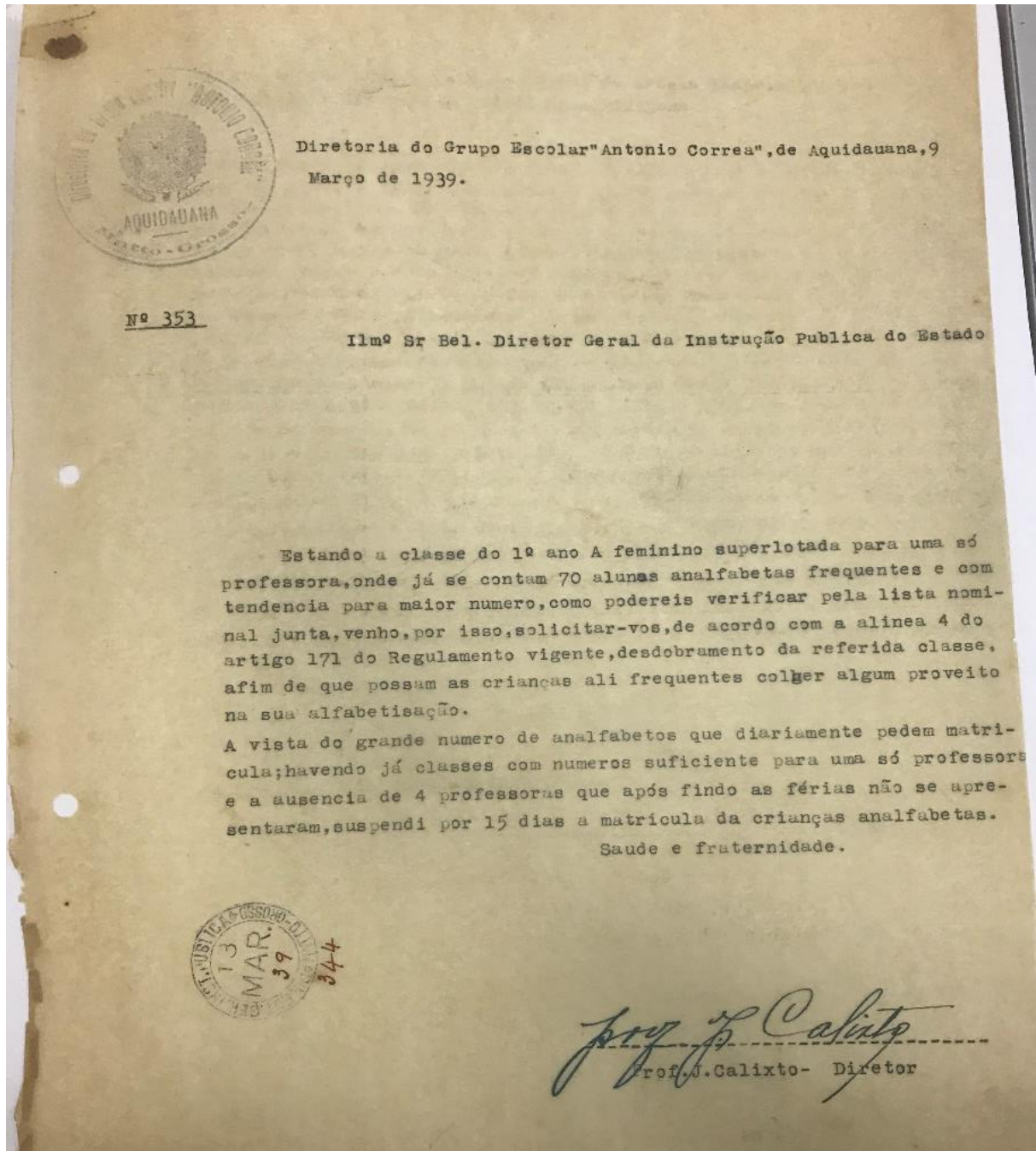
ZOTTI, S. A. **Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial.** In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani e Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). Navegando pela história da educação brasileira. 1ed. Campinas: Gráfica FE; HISTEDBR, 2006, v., p. 1-27.

ZORZATO, Osvaldo. **Formação da empresa e relações de trabalho na agropecuária: o caso de Aquidauana.** / Osvaldo Zorzato. -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016. 133p.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980/** Solange Aparecida, Campinas, SP: Autores associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

ANEXOS

Anexo A—Ofício nº 353 enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado



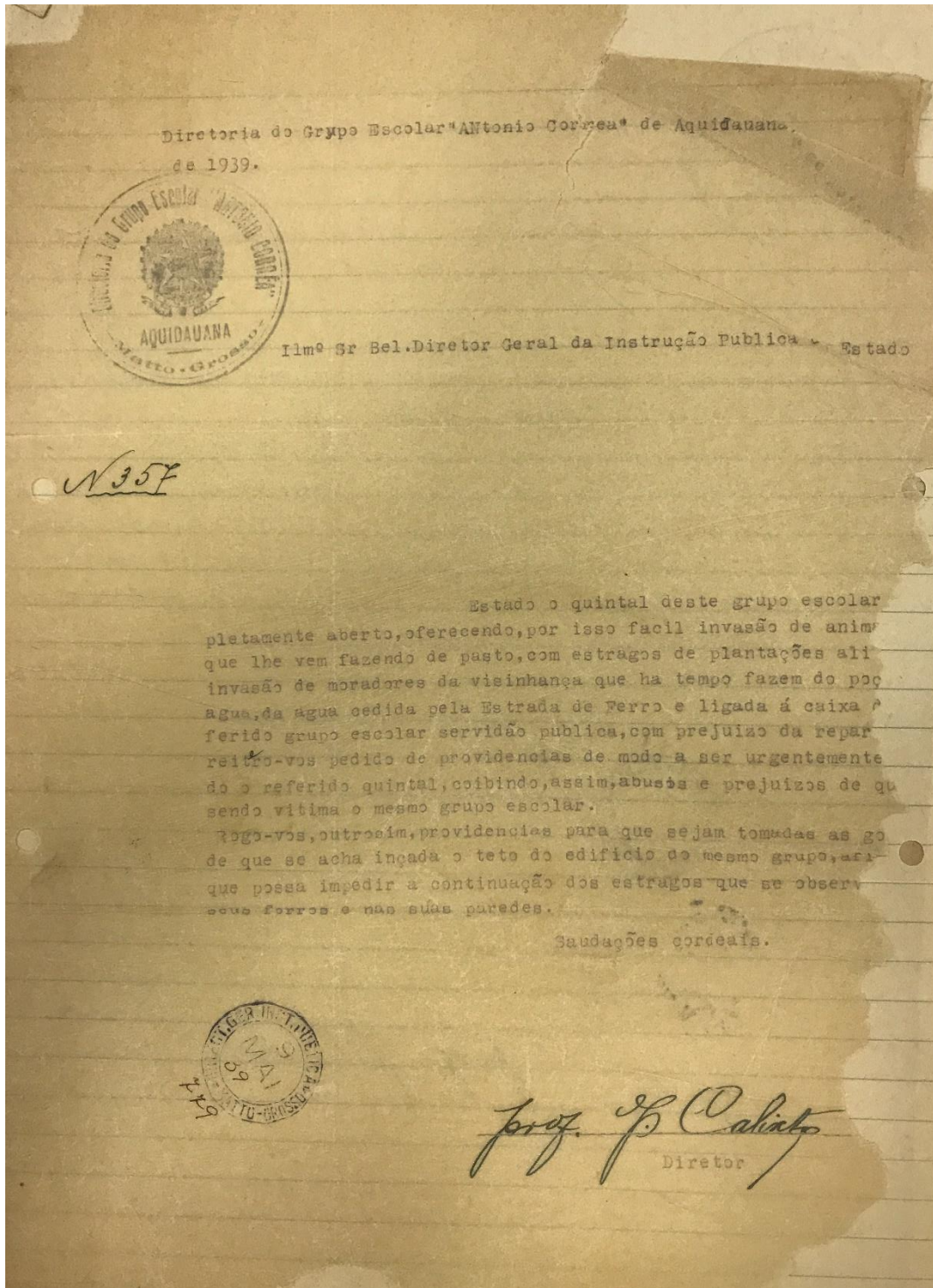
Lista nominal das alunas do 1^a ano da secção feminina, do grupo escolar "Antonio Correa" da cidade de Aquidauana.

1 Olga Candia-2 Oldiza Graça-3 Suzana Chinem-4 Nila da Silva-5 Anesia Pires Gonçalves-6 Nadir dos Santos-7 Zynide Marques Sampaio-8 Guiomar Ferreira-9 Gumercinda Ferreira-10 Zuma Monteiro de Oliveira-11 Erotides dos Santos-12 Marina Costa-13 Analvina Cintra-14 Jercelina Tinoco-15 Aracy de Oliveira-16 Lydia Lopes-17 Dorvalina Aguirre da Costa-18 Luzia Lemos-19 Maria Ana da Silva-20 Neuza Eurica dos Santos-21 Maria Mongenot-22 Leci Mongenot-23 Agostinha da Costa Machado-24 Arminda Fernandes de Souza-25 Maria Apolonia de Souza-26 Analia Trindade-27 Iracema Ribeiro Loveira-28 Eurides de Mendonça-29 Alayde Rocha-30 Ivone Rocha-31 Beth Reis Clet-31 Ivone Monteiro-32 Zilda Nogueira-33 Amelia Reis Marques-34 Pocina de Campos-35 Olinda Nogueira-36 Sofia Rodrigues-37 Adelaide Sanches-38 Rosita Sanches-39 Corina Lima-40 Liduete Bastos-41 Rosalina dos Anjos-42 Ruth de Oliveira-43 Josefa da Rocha-44 Miracy Ferreira de Lima-45 Luiza Carlos Salaberry-46 Eulalia de Jesus Quelho-47 Josefa Pires Gonçalves-48 Dalva Clair Moreira-49 Rosalina Serra-50 Luiza Pires Gonçalves-51 Elza da Costa Moreira Flor-52 Jocelina Vicente-53 Elza Aparecida Pinto-54 Arino Ravaglia-55 Oswalda Azevedo-56 Salustiana Alves Freire-57 Maria de Lourdes-58 Lourde Gelelaite-59 Jalda de Souza Santos-60 Otilia Floria-61 Nilza de Carvalho-62 Clarice dos Santos-63 Nair Rodolfo Maya-64 Petronilia Lopes-65 Gasparina Machado da Conceição-66 Deair Serra-67 Josefina Campelo-68 Oscarina Campelo-69 Antonia Barreto.

Aquidauana, 9 de Março de 1939.

Diretor

Anexo B – Ofício 357 - de 09 de maio de 1939 – sobre a situação do grupo escolar



Anexo C – Resumo geral do ponto do corpo docente e do pessoal administrativo

Classes		Cargos	NOMES	DIAS																															TOTALIS									
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Letivas	Presenças	Faltas	Justificadas	Indeferidas					
✓		Director	João Calixta Bernardes	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27							
✓	1º ano A	prof. adj. int.	Belisaria Lopes	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					
✓	1º ano B	fem	" " efet. Marieta Vaz de Campos	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					
✓	2º ano	fem	" " int. Salbina Maciel	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	25	2	2			
✓	3º ano	fem	" " efet. Iralde F. Mendes Mamour	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					
✓	1º ano	masc	" " efet. Ercilia de Barros Crespan	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	10					
✓	1º ano	masc	" " substit. Julieta Vaz de Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	6				
✓	1º ano	A misto	" " efet. Antonieta Cunha Viana Bandeira	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	26	1	1			
✓	1º ano	B masc	" " int. Aracy Alvellos Eudeciak	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					
✓	2º ano	masc	" " efet. Anna Pimenta	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					
✓	3º ano	masc	" " efet. Esmeraldina Malhado	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					
✓	4º	misto	" " efet. Luiza Pimenta Caffare	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					
✓		Pert-Dentinas	Pedro Leite Gonçalves	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					
		Servente	Silvia Irene da Silva	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	27	27					

prof. João Calixta

Observações: A prof. Julieta Vaz de Campos, nomeada substituta da prof. Ercilia de B. Crespan, tomou posse a 25, assumindo na mesma data o exercício do cargo. A prof. Ercilia de B. Crespan pediu tres meses de licença para tratamento de saúde, a contar de 12/7, de acordo com o art 146, do Decr-Lei nº 279, de 31/3/39.

Anexo E – Local onde parte da documentação do Grupo Escolar Antônio Corrêa encontra-se armazenado.



Anexo F - Figura 3 - Turma masculina do 4º ano 1956

